

O BRASIL MUDOU

O fim da miséria é só um começo

PLANO
**BRASIL
SEM
MISÉRIA**

2011-2014

Futuro garantido

Acesso à saúde, educação e alimentação redesenha a história das crianças no país

Superação da pobreza

Programas sociais possibilitam mudança de perspectiva para milhões de brasileiros

O campo está vivo

Com água e assistência técnica, pequenos produtores transformam o meio rural

Expediente

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Vice-presidente da República
Michel Temer

Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Secretário Executivo
Marcelo Cardona Rocha

Secretário Extraordinário para Superação da Extrema Pobreza
Tiago Falcão

Secretário Nacional de Renda de Cidadania
Luís Henrique Paiva

Secretária Nacional de Assistência Social
Denise Colin

Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Arnoldo de Campos

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação
Paulo Jannuzzi

Supervisão editorial
**Anelise Borges | Lígia Kosin
Marta Salomon | Renata Lu**

Coordenação editorial e revisão
**Cíntia Nunes | Cynara Navarro
Eline Santos | Márcio Leal
Rejane Gomes**

Reportagem e produção
**Ana Paula Siqueira | André Gomes
Cristiane Hidaka | Francisco Marques
Isadora Lionço | Lígia Girão
Lis Weingärtner | Luiz Claudio Moreira
Pamela Santos | Patrícia Alencar
Sirlene Rodrigues**

Fotografia
**Ana Nascimento | Sergio Amaral
Ubirajara Machado**

Foto capa
Sergio Amaral

Projeto gráfico e diagramação
Hugo Pereira

Tiragem **2.000**
Impressão **Gráfica São Jorge**

Todos os direitos reservados. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Eles superaram a pobreza

5

Brasileiros ultrapassam barreira da exclusão e da miséria



Oportunidades para crescer

11

Programas qualificam e melhoram inserção da população mais pobre



Todo mundo ganha

16

Economia das comunidades ganha impulso com programas sociais





O campo está vivo

Acesso à água, assistência técnica e garantia de venda mudam o meio rural

22

Um futuro melhor para novas gerações

Educação possibilita novas conquistas para beneficiários do Bolsa Família

42



Ao lado de quem mais precisa

Equipes da assistência social garantem direitos a todos os brasileiros

48



A infância sem fome

Subalimentação deixou de ser um fenômeno no Brasil

28

A busca pelos invisíveis

Estado localiza e inclui os brasileiros das regiões mais isoladas e bolsões de pobreza

52



Mais saudáveis e desenvolvidos

Ações do Brasil Sem Miséria em saúde reduziram a mortalidade infantil

36



Brasília (DF) – Foto: Sergio Amaral

O Brasil mudou. Nos últimos anos, o lema que impulsionou o esforço por um país mais justo e igual dizia que “O fim da miséria é só um começo”. Neste fim de governo, podemos mudar o tempo do verbo e sustentar: “O fim da miséria foi só um começo”. O país é outro e a mudança será relatada aqui na voz de alguns brasileiros, com o testemunho de suas vidas.

Estamos falando de crianças bem nutridas e com saúde, que não trabalham mais para ajudar em casa, nem morrem precocemente. Estão na escola, investindo num futuro diferente do de seus pais. Falamos em brasileiros que já não passam fome, como seus pais, avós e bisavós.

Falamos de um Brasil onde a pobreza mais severa, considerada em suas várias dimensões e não apenas na baixa renda, caiu de 8,3% da população, em 2002, para o equivalente a 1,1% da população em 2013, segundo dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, com base em metodologia do Banco Mundial.

É um avanço incontestável. Em pouco mais de dez anos, deixaram a situação de pobreza mais severa, sobretudo, as famílias com crianças, os negros e os nordestinos, parcelas da população que mais sofriam com as privações.

Não estamos medindo apenas a renda. O indicador de pobreza crônica multidimensional leva em conta a escolaridade das famílias, a frequência das crianças às aulas, o acesso a serviços de energia, saneamento e água, as condições da habitação e a posse de bens como geladeira e telefone.

Os números atestam o sucesso das ações de combate à pobreza em suas várias dimensões, estratégia que direcionou a elaboração do Plano Brasil Sem Miséria, lançado pela presidenta Dilma Rousseff em 2011 com o objetivo de superar a pobreza extrema no país. O compromisso do governo traduziu-se em decisão política firme, que colocou a pobreza no centro da agenda de políticas públicas do Brasil.

Crianças mais saudáveis e mais educadas são o principal caminho para resolver a pobreza de forma duradoura e sustentável. O Brasil Sem Miséria cuidou de ampliar o acesso a creches e a escolas em tempo integral, assim como a melhores moradias. E fez mais.

No caso do Semiárido nordestino, foram as cisternas o motor da mudança. Em pouco mais de três anos, mais de 750 mil cisternas foram instaladas na região, garantindo o acesso à água a quem, por vezes, tinha de buscá-la a horas de distância de casa.

Outro eixo importante do plano foram as ações de inclusão produtiva, que registraram mais de 1,5 milhão de matrículas em cursos de qualificação

profissional. Entre os beneficiários do Bolsa Família, mais de 400 mil tornaram-se microempreendedores individuais e contaram com crédito a juros mais baixos para produzir. No campo, agricultores familiares pobres também contaram com assistência técnica e acesso a crédito.

Parte dessa produção reforçou a merenda oferecida nas escolas públicas do país a 43 milhões de crianças e jovens todos os dias. E ajudou o Brasil a superar outro problema histórico: a fome. Em pouco mais de dez anos, 15,6 milhões de pessoas deixaram a condição de subalimentadas, segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), que em 2014 tirou o país do Mapa da Fome.

Nas próximas páginas desta revista, o leitor irá além dos números e dos indicadores. O impacto das políticas será narrado do ponto de vista de pessoas de Norte a Sul do país. Personagens das grandes metrópoles ou de comunidades isoladas na Amazônia, onde o Estado buscou os que ainda estavam excluídos da rede de proteção social.

São brasileiros que falam em nome das cerca de 14 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família e que, por meio da inscrição no Cadastro Único, tiveram acesso a uma vida melhor. Alguns abriram mão do pagamento do programa de transferência de renda. A maioria viu mudar a perspectiva de futuro.

São histórias como a da beneficiária que passou no vestibular de Direito de uma universidade pública, de cidades inteiras que

deixaram de ver seus habitantes virarem retirantes da seca, de mulheres que se qualificaram profissionalmente e abriram seus próprios negócios, de sertanejos que, com acesso à água e à assistência técnica, estão deixando o sertão mais vivo e produtivo, de crianças saudias com brilho nos olhos que hoje brincam e estudam. E sonham com a universidade.

Nas próximas páginas, veremos que os beneficiários do Bolsa Família trabalham muito e aproveitam as oportunidades de qualificação profissional e crédito para melhorar a sua participação no mercado de trabalho.

Não são preguiçosos ou perdedores. Metade dos beneficiários não trabalha porque são crianças e adolescentes. Seu lugar é na escola. As crianças, aliás, são um alvo especial das políticas públicas. Elas começam a ser cuidadas ainda no ventre das mães. E os resultados já aparecem até na redução do déficit de altura, indicador da desnutrição crônica, que costuma ser acompanhado por comprometimento intelectual. Ao lado de resultados medidos cientificamente, há outros, quase intangíveis, como a da menina Andressa, de Nova Iguaçu (RJ), que sonha em ser arquiteta.

Da construção do sonho de uma sociedade menos desigual, Andressa já faz parte. Esperamos que as histórias narradas a seguir ajudem o Brasil a vencer o preconceito contra os pobres e a ter orgulho da inclusão social que orienta o projeto de desenvolvimento do nosso país. ●

Tereza Campello

Ministra do Desenvolvimento Social e
Combate à Fome



Novo Hamburgo (RS) – Foto: Ubirajara Machado

ELES SUPERARAM A POBREZA

Com mais oportunidades, brasileiros ultrapassam barreira da exclusão e da miséria

No estreito sobrado de madeira na vila Grande Gala, em Novo Hamburgo (RS), Delci Lutz cria e costura figurinos para espetáculos de dança e teatro. No extremo oeste do Acre, a ribeirinha Luceildes Maciel planta mandioca para fazer farinha. Em Jacupiranga (SP), Regiane Silva dá aulas para crianças da pré-escola.

Essas brasileiras não se conhecem. São mulheres que ultrapassaram barreiras de exclusão e superaram a pobreza com o apoio dos programas sociais do governo federal, como o Bolsa Família e as ações do Plano Brasil Sem Miséria,

e de uma rede de proteção social que se amplia e se consolida a cada ano.

Mãe de dois filhos, Delci Lutz, 49 anos, teve o apoio desses programas para construir uma nova vida pra si e os dois filhos – Graziele e Daniel, de 18 e 17 anos. Há um ano, formalizou o próprio negócio, a “Delci Figurinos”, graças ao programa Microempreendedor Individual (MEI). Enfrentou a barreira invisível da exclusão e pôde esquecer as duras palavras do pai que repetia, a toda hora, que ela tinha que conseguir um emprego e esquecer essa “história de trabalhar por conta própria”.

“Sempre acreditei que ia fazer algo diferente, mas faltava um voto de confiança. Aí veio o Bolsa Família para me ajudar. Depois, o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) e o Sebrae me ajudaram no meu sucesso”. Em 2012, Delci fez dois cursos do Pronatec: o de desenho de moda pelo Senac e o de desenhista de calçados pelo Senai.

Os filhos seguiram os passos dela. Fizeram o curso de auxiliar administrativo do Pronatec, voltado ao público do Brasil Sem Miséria. Hoje, ajudam na parte administrativa da “Delci Figurinos”.

A figurinista aumentou o ritmo de produção nos dois últimos anos, por conta das encomendas que só crescem. A agenda esteve lotada de pedidos até o final do ano. Delci conta que gosta de pesquisar figurinos e “fazer peças únicas”. “Fazer figurino é diferente, é descoberta, é desafiador para mim”.



Foto: Sergio Amaral

■ Bolsa Família e Bolsa Verde ajudaram Luceildes Maciel e sua família a ter mais qualidade de vida

No pequeno ateliê nos fundos do sobrado onde a família mora, são produzidos figurinos para espetáculos de teatro e dança, além de vestidos de festa, o que rende à empreendedora entre R\$ 1,5 mil e R\$ 2 mil por mês. Ela já comprou duas máquinas industriais para “melhorar a produção”. Antes, a renda da família era de apenas meio salário mínimo.

A época mais difícil coincidiu com o fim do casamento. Os compromissos pesaram sobre seus ombros. Sozinha, criou os dois filhos. Naquele tempo, já fazia roupas por encomendas, mas o que ganhava não era suficiente para sustentar as crianças.

Entrou para o Bolsa Família para conseguir um complemento para

sua renda. Também teve a chance de voltar a estudar. Hoje, Delci tem ensino médio completo e quer fazer faculdade de moda no ano que vem.

“A gente passou por uma situação bem difícil. Criei os meus filhos sozinha. Há muito tempo, somos só nós três. O Bolsa Família me ajudou muito a pagar as contas e dar segurança para eles”, ressalta.

Em julho de 2014, devolveu o cartão do Bolsa Família em uma solenidade de formatura do Pronatec em Novo Hamburgo. Contou sua história em poucas palavras, mas com muita emoção. “É com muito orgulho que entrego o meu cartão”, disse na época. Assim como Delci, outras 2,8 milhões de

famílias deixaram o Bolsa Família porque melhoraram de vida.

Quando lhe perguntam sobre o futuro, ela sorri e diz: “Acho que estou chegando onde imaginei. Queria ter o reconhecimento desse meu trabalho. Estou muito realizada”.

O futuro na floresta – A beneficiária do Bolsa Família Luceildes Fernandes Maciel, 38 anos, nasceu e foi criada às margens do rio Moa, no Acre. Ela é exemplo de uma das principais características das políticas sociais brasileiras, a capilaridade, que possibilita alcançar os brasileiros mais pobres nos 5.570 municípios de um país de dimensão continental.

Para chegar até a comunidade onde a beneficiária vive com a família, leva-se quatro horas de barco a motor, partindo da cidade de Mâncio Lima, a mais ocidental do Brasil e mais distante em linha reta da capital federal. Casada, Luceildes é mãe de quatro filhos – entre 21 e 14 anos – e avó de dois netos. Ela e o marido plantam mandioca, milho, arroz e banana. Do rio, vem o peixe.

Antes de entrar para o Bolsa Família, vivia apenas da agricultura. “Tínhamos o alimento, mas precisávamos ir até a cidade tentar vender nossa farinha de mandioca”, conta ela. “A produção era para comprar o que faltava. Agora, podemos fazer compras na cidade sem preocupação”.

Aos poucos, o casal foi melhorando a casa de madeira. São três quartos, todos com cama, sem luxo. Só dois filhos moram com ela. Na sala, não faltam sofá e tele-

visão; na cozinha, fogão, geladeira e freezer. Tudo novo. As panelas brilham; refletem até mesmo o olhar surpreso dos visitantes. São guardadas uma ao lado da outra, como se estivessem na vitrine de uma loja. “Um brinco!”, elogia a repórter. Ela timidamente abaixa a cabeça e sorri orgulhosa.

“Sempre acreditei que ia fazer algo diferente, mas faltava um voto de confiança. Aí veio o Bolsa Família para me ajudar”

Delci Lutz - RS

O que Luceildes compra de alimentos, ela divide com as duas filhas casadas. Parte do enxoval dos dois netos foi comprada com o dinheiro do programa. Destaca que não é só o Bolsa Família que ajuda. Beneficiária do Bolsa Verde, programa do Plano Brasil Sem Miséria que incentiva a conservação do meio ambiente e a melhoria das condições de vida de quem vive da floresta, ela recebe R\$ 300 a cada três meses.

Planta apenas em áreas de capoeira, distantes duas horas a pé de sua casa. “Temos consciência de que, se desmatarmos, não teremos mais terra para cultivar nossas

plantações”. A repórter pergunta se um dia ela pensa em sair da beira do rio Moa: “Nem pensar. Sou feliz aqui. Tenho tudo”.

Planos para o futuro – “Tenho esperança de crescer na minha profissão e uma vontade muito grande de trabalhar com palestras de motivação. Penso também em escrever um livro de como mudar de vida. Quero retribuir o que fizeram por mim”, diz, emocionada, Regiane Severo da Silva, 36 anos, moradora de Jacupiranga, no Vale do Ribeira, interior de São Paulo.

Mãe de três filhos (15, 8 e 4 anos), ela e o marido Jeferson Kennedy Pereira, 41 anos, enfrentaram tempos difíceis. Ele trabalhou durante anos no cultivo da banana, atividade típica da região. Mas o que ganhava não era suficiente para sustentar a família. Depois, veio o desemprego.

Para sair da situação, em 2007, Regiane pediu ajuda no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) da cidade. Lá, ficou sabendo que tinha direito a receber o Bolsa Família (R\$ 166). Também conseguiu qualificação. Fez diversos cursos de artesanato (fuxico, patchwork, crochê e tricô). “O mais importante foi aprender que não era só receber o benefício. Eu tinha que continuar e ir mais longe. Procurei me qualificar e reinvesti o pouco que ganhava no meu artesanato”.

Jeferson lembra que não foi fácil manter a família como sempre sonhou. Não esquece o dia em que o filho – na época com dois anos – pediu: “Pai, acende a televisão?”.



89%

foi a redução da
extrema pobreza
na faixa etária
de 0 a 15 anos
entre 2003 e 2014

A energia elétrica tinha sido cortada por falta de pagamento.

“Naquele dia, jurei que isso nunca mais ia acontecer. Essa foi a maior dor da minha vida. Energia elétrica dentro de casa eu não deixo faltar não”, garante ele.

Há dois anos, o dia a dia da família mudou. Jeferson passou no concurso da prefeitura e trabalha como guarda municipal. “Graças ao nosso esforço e à ajuda que tivemos, consegui passar no concurso. Hoje tenho o meu carro e posso carregar a minha família”.

Regiane também conseguiu emprego e devolveu o cartão do Bolsa Família. Formada em Magistério, ensina as crianças da pré-escola em uma instituição particular. Também voltou a estudar. Faz Pedagogia. Mas não abandonou o artesanato, que continua a complementar a renda.

Relata que sempre oferece ajuda às mães dos seus alunos para que elas tenham também a oportunidade de se qualificar e mudar de vida. Quer retribuir o apoio e a amizade que recebeu na fase mais dura de sua vida. “O ser humano precisa de uma oportunidade na vida, de alguém que acredite nele”, assegura.

Superação no Semiárido

– Dona Fafá, como é carinhosamente chamada a cearense Maria de Fátima dos Santos, 51 anos, é ex-beneficiária do Bolsa Família. Assim como Regiane e Delci, ela devolveu o cartão do programa. Tinha percebido que conseguiria sustentar os oito filhos com a produção de verduras, hortaliças e frutas nas proximidades da sua

casa, na comunidade Jenipapo, em Itapipoca (CE), a 130 quilômetros de Fortaleza.

“Fiz questão de pedir que eles passassem o benefício para uma pessoa mais carente aqui da comunidade”, revela.

Fafá não conhece outra rotina, apenas a da agricultura. Aos dez anos, já ajudava o pai na plantação. Casou adolescente e continuou cuidando da roça. Depois, com a viuvez, teve a ajuda dos filhos para cuidar da horta.

A agricultora conta que não teria saído do lugar se não fosse o Bolsa Família. A situação melhorou ainda mais depois de ter recebido cisternas, que lhe permitiram acesso à água.

Para Fafá, a cisterna é a “coisa mais maravilhosa que já fizeram”. Tem duas: uma para o consumo da família e outra para produção. “No tempo de estiagem, já até doei água para quem ainda não tinha cisterna”, relata. Antes da construção das cisternas, “puxava” água do cacimbão que fica a 300 metros da sua casa.

Hoje, ela produz sem agrotóxicos e colocou em prática as técnicas de agroecologia que aprendeu em um curso. Já ensinou os vizinhos a plantar mastruz do lado do pé de tomate e do pimentão, o que evita pragas.

Além do milho e do feijão, Fafá cultiva cheiro verde, tomate, pimentão, alface, manga, maracujá, banana, graviola e abacaxi. Na feira agroecológica da cidade, chega a faturar

“Fiz questão de pedir que eles passassem o benefício para uma pessoa mais carente aqui da comunidade”

Dona Fafá - CE

R\$ 500 por mês, o que completa a pensão que recebe. Fala que, sempre que precisam, os seis filhos que já casaram passam lá no seu quintal para “pegar alguma fruta”.

Com o aumento da renda, a agricultora sonha em comprar um carro. “Cada dia a gente está melhorando e quero comprar um carrinho pra andar. Já estou fazendo minhas economias”.

O valor do quilombola – “O que está dando dinheiro mesmo é o mamão e a mandioca”. É assim, com palavras simples e voz acanhada, que Joaquim Fernandes de Castro, 54 anos, explica o que produz na comunidade quilombola Fazenda Ema, a 22 quilômetros de Teresina de Goiás (GO). Joaquim sempre viveu da roça, mas a renda era baixa e instável.

Hoje ele não precisa mais tentar vender a produção na cidade, como fazia em outros tempos. Há dois anos, comercializa tudo com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), estratégia que integra o Brasil Sem Miséria e possibilita a superação da pobreza no campo, com a

Foto: Sergio Amaral



■ Com a ajuda do Bolsa Família, dona Fafá Santos criou oito filhos em Itapipoca (CE)

inclusão de pequenos agricultores em uma rota produtiva.

Perseverante, Joaquim conseguiu vender, no ano passado, o limite do PAA para o produtor individual: R\$ 4,5 mil. Com o dinheiro e mais o que lucrou com a venda de quase 200 quilos de sementes nativas de capim-andropogon, comprou seu primeiro carro – um Uno Mille, ano 1991. “Paguei R\$ 5,5 mil e não me arrependo”, conta, orgulhoso.

O carro transporta, além do mamão e da mandioca, as hortaliças produzidas por ele. “Já teve tempo que carregava um saco de 20 quilos nas costas por dois quilômetros até a pista. Depois, pegava um ônibus ou

uma carona até a cidade”, lembra o agricultor, que já planeja “comprar um carrinho melhor”. Mas antes quer aumentar a produção e, conseqüentemente, a renda da família.

Para ele, o quilombola “está sendo uma pessoa de valor para o governo”. Na comunidade, acredita o agricultor, a vida melhorou muito com o programa Luz Para Todos e o de habitação quilombola, do Ministério das Cidades, e outros benefícios sociais. Com a energia elétrica, por exemplo, as famílias da região passaram a armazenar os alimentos e utilizar eletrodomésticos.

Joaquim recebeu uma casa de alvenaria, graças a políticas públicas do governo federal.

A esposa Cenira – que é merendeira em uma escola municipal – e os seis filhos são beneficiários do Bolsa Família. Com o benefício, comprou um fogão novo e aposentou de vez o à lenha. A família planta milho, feijão, arroz e batata para consumo próprio. Deixa para comprar na cidade apenas o óleo e a carne. “O Bolsa ajudou na educação dos meninos e a comprar comida, roupas, fogão e geladeira. Ajudou em tudo”, relata Joaquim. ●

Texto: Rejane Gomes
Reportagem: André Gomes, Cristiane Hidaka, Isadora Lionço e Pamela Santos, Luiz Cláudio Moreira e Márcio Leal

Foto: Sergio Amaral



■ Joaquim Castro: produção para o Programa de Aquisição de Alimentos, primeiro carro e casa nova



Cruzeiro do Sul (AC) – Foto: Sergio Amaral

OPORTUNIDADES PARA CRESCER

Com programas sociais, população mais pobre conquista inserção formal no mundo do trabalho

“Ela é a garota propaganda da obra”, gritou um dos 8,3 mil operários da ampliação de uma das maiores fábricas de celulose do país, à beira do Lago Guaíba, no Rio Grande do Sul, quando viu a tímida Simone ser entrevistada. Simone Nunes Vieira, 30 anos, é ex-beneficiária do programa Bolsa Família e, hoje, um exemplo de que, com a ajuda de ações e programas sociais do governo federal e muita força de vontade, é possível crescer e ainda ter a expectativa de ir mais longe.

A gaúcha do pequeno município de Camaquã (RS), a 30 quilômetros de Porto Alegre, trabalhou na roça quando criança. A vida difícil no campo

a impediu de terminar os estudos. Teve três filhos. A oportunidade de melhorar de vida surgiu quando foi incluída no Bolsa Família, em 2011.

O dinheiro complementava a renda do marido, que trabalha em uma loja de material de construção. Ajudava a comprar roupas e alimentos para os três filhos. Mas Simone era irrequieta. Queria aproveitar tudo o que ofereciam para melhorar sua vida e de sua família. Viu os panfletos para cursos gratuitos oferecidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e logo se inscreveu para pedreira de alvenaria.

“Escolhi esse curso porque já tinha ajudado a levantar a casa do meu pai, fazendo massa, carregando tijolo e levantando parede”. Ao terminar o curso, Simone se candidatou a uma vaga na Celulose Riograndense. Como demoravam a chamar, não hesitou e fez também o curso de carpinteira. O emprego apareceu em 2013 e ela finalmente passou a fazer parte do quadro de funcionários da empresa. Quatro meses depois, veio a promoção. O salário aumentou de R\$ 880 para R\$ 1,5 mil, mais tíquete alimentação de R\$ 320.

A renda mensal dela, mais a do marido, soma R\$ 2,2 mil. Como eles, 1,7 milhão de famílias já deixaram o Bolsa Família voluntariamente – foram às autoridades e pediram para sair. Cerca de 1,1 milhão, além disso, foram desligadas por falta de cadastramento e nunca mais retornaram.

Parte desse contingente são hoje novos empreendedores. Brasileiros

que buscaram qualificação profissional, se colocaram no mercado de trabalho ou se formalizaram como microempreendedores, com a ajuda de programas como o Pronatec ou o Programa Crescer, de crédito orientado para produção, entre outros.

Simone contou que, no primeiro dia de trabalho, o corpo todo tremia, numa mistura de nervoso com alegria. Quase morreu de vergonha quando pisou na obra, disse ela, porque grande parte dos trabalhadores eram homens. Com o tempo, foi se acostumando e em um ano comprou um bolo – de padaria, mesmo – para comemorar. Hoje tem vários amigos no local de trabalho. A garota propaganda da Celulose sonha com mais coisas, como fazer o supletivo e conquistar novos espaços no mercado.

Com o salário de Simone, a vida da família mudou para melhor. Hoje, ela e o marido conseguem pagar uma pessoa para tomar conta da filha caçula de três anos. “Antes, queria comprar uma roupa para os guris e não podia. Não tinha como comprar, porque era só o salário dele. Agora, eu posso comprar, no mesmo mês, roupas para todos eles”.

A família também comprou um carro – um Corsa Sedan – e, em outubro deste ano, pagou a última prestação. Eles já tiveram outro carro “tão velho que nem funcionava”, contou a pedreira.

Quanto aos sonhos, Simone quer construir a própria casa e deixar de pagar o aluguel.

Simone é um exemplo do quanto os cursos de qualificação profissional oferecidos pelo governo



Pronatec

Mais de
1,5 milhão
de matrículas
em cursos de
qualificação

67%
das inscrições
são de mulheres

48%
dos inscritos têm
idade entre
18 e 29 anos

federal, por meio do Sistema S e institutos técnicos, ajudaram a mudar a vida de milhares de brasileiros, de todos os cantos do país.

Desde 2011, o Pronatec para o público do Brasil Sem Miséria, com mais de 620 cursos orientados à população inscrita no Cadastro Único, registrou mais de 1,5 milhão de matrículas, de Norte a Sul do país.

Estratégia – O Plano Brasil Sem Miséria também promoveu o acesso de povos e comunidades tradicionais às políticas públicas, como o cigano Alex Soares da Costa. Com o primeiro benefício do Bolsa

Família, recebido em março de 2014, ele comprou leite e fraldas para a primeira filha com a esposa Joagna Ferreira. O casal é muito jovem: ele tem 20 anos, ela, 19.

Os dois são ciganos da etnia Calon – primeiros a chegar ao Brasil no século XVI, de origem ibérica –, e vivem numa pequena comunidade próxima a Trindade, no estado de Goiás.

Assim que entrou no Cadastro Único como beneficiário do Bolsa Família, Alex descobriu um curso do Pronatec que, segundo ele, tinha tudo a ver com sua vocação pro-

“Agora eu posso comprar, no mesmo mês, roupas para os três guris, todos eles.”

Simone Vieira - RS

Foto: Ubirajara Machado



■ Simone Vieira fez dois cursos de qualificação e conseguiu emprego em fábrica de celulose

fissional: a costura e o desenho de moda. Alex recebeu todo o apoio para realizar o sonho.

“Fiquei dois meses fazendo o curso. Aí comecei a trabalhar fora e peguei prática com cada costureiro que me aceitava como aprendiz”, explicou. “Mas as distâncias eram grandes, eu ia a pé e fui ficando cansado. Então conversei com o meu pai, que queria uma máquina para costurar em casa”.

Alex conseguiu R\$ 3 mil no Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (Crescer) do Banco do Povo e comprou três máquinas de costura, hoje já pagas com o

dinheiro do trabalho. Ele tem planos para o futuro. “Hoje trabalho por encomenda, mas tenho mesmo é vontade de costurar para mim mesmo, ter meus próprios produtos.”, explica, planejando também, “lá na frente”, a contratação de uma costureira para ajudá-lo.

Produção em larga escala –

No Norte do país, um grupo de mulheres faz planos parecidos com o do cigano Alex. “Vamos formar um polo de confecção e realizar o sonho de vender para o exterior”, diz Maria Benício de Oliveira, 54 anos, professora de corte e costura do Pronatec. De onde vem o sonho?

Da cooperativa Verde Moda Juruá, que reúne 64 mulheres formadas pelo programa em Cruzeiro do Sul, no estado do Acre. O certificado do Pronatec é requisito para integrar o grupo, coordenado desde o início deste ano pela professora, a idealizadora da cooperativa.

As mulheres podem trabalhar na cooperativa ou em casa – onde produzem bonecas, tapetes, cobertas e cortinas. “É uma oportunidade de ajudá-las”, enfatiza Maria Benício. “Todas trabalham com prazer e entusiasmo”.

Quem vê o sorriso no rosto das cooperadas não imagina o que passaram até que encontrassem alguém que “estendesse a mão”. A maioria das cooperadas não tinha renda. Muitas foram vítimas da violência. Algumas trabalhavam na roça para a subsistência. O acesso ao Cadastro Único e à oportunidade de qualificação profissional mudou a vida delas.

Mas, de acordo com Maria Benício, são coisas do passado. O negócio está indo bem. A Secretaria de Pequenos Negócios de Rio Branco doou máquinas industriais para as costureiras da cooperativa. Hoje, as mulheres confeccionam uniformes, atendendo escolas públicas em Cruzeiro do Sul e igrejas da cidade. Há demandas até de outros municípios. A média de produção é de pelo menos 1,2 mil peças por mês, incluindo as feitas em casa. “A produção está a todo vapor e, cada vez mais, chegam novas encomendas”, comemora a coordenadora.

Foto: Sergio Amaral



■ Alex Costa se qualificou, conseguiu crédito do programa crescer e comprou três máquinas de costura

O olhar é para o futuro. O plano de Maria Benício é formar, em um ano, um polo de confecção em Cruzeiro do Sul para abastecer o mercado interno. Em setembro, a cooperativa passou pela primeira grande prova no mercado competitivo, ao participar da Expo Juruá. “Foi um sucesso”, orgulha-se Maria Benício. As costureiras venderam 150 peças, entre vestidos, saias, blusas, colchas e almofadas, e arrecadaram R\$ 2,6 mil. “O interesse pelos nossos produtos foi tamanho que recebemos inúmeros pedidos para pronta entrega”, comemora ela, já se preparando para o novo desafio.

Beneficiária do Bolsa Família, Maria de Nazaré da Silva, 51 anos, é hoje uma das costureiras da cooperativa. Conta que finalmente está trabalhando com o que gosta.

“Sempre trabalhei no seringal”, diz ela, que é mãe de sete filhos. Para ela, o Pronatec foi a chance de mudar sua realidade. No Senac do município, ela cursou corte e costura e modelagem.

“Não acreditava que conseguiria mudar de vida”, revela Maria de Nazaré, enquanto conta que aprendeu a fazer os uniformes dos filhos, além de muitas outras peças. “Não quero parar mais. Agora minha vida é outra e eu só espero melhorar daqui pra frente.” Para ela, fazer parte da cooperativa é motivo de orgulho e confiança no futuro. “Estamos só começando, mas tenho certeza que vai melhorar muito nossas vidas e aumentar nossas rendas também”.

Assim como Maria de Nazaré, Albanice Oliveira da Silva, 41 anos,

também teve a oportunidade de fazer cursos do Pronatec e melhorar sua técnica de costura. Casada, mãe de três filhos, a beneficiária do Bolsa Família já tinha noções básicas de corte e costura. “O Pronatec foi uma oportunidade para me aperfeiçoar. Estou trabalhando com o que gosto”.

Pão, pizza e orgulho – Adenilson Dutra de Souza, 27 anos, também é de Cruzeiro do Sul, no Acre, e também é ex-aluno do Pronatec. Ele foi atraído pelo curso de padeiro, onde aprendeu a fazer pão e pizza. Assim que concluiu o curso, recebeu uma oferta de emprego no próprio Senai. “Deixei de ser aluno e passei a ser professor, com muito orgulho”, conta. Ele atribui a contratação ao seu bom desempenho e força de vontade.

“Hoje, tenho renda e posso sustentar a minha família”, diz ele. “E ainda tenho a sorte de trabalhar no que gosto”. Como professor, discorre sobre a importância do certificado do Pronatec. “Sempre procuro indicar alunos quando surgem vagas. É importante para esses jovens, que precisam de uma oportunidade para entrar no mercado de trabalho”.

Para ele, a vida melhorou muito, em todos os aspectos. Os planos para o futuro incluem fazer uma faculdade de gastronomia e ter sua própria confeitaria. Mais do que tudo, sabe a importância da dedicação e da confiança. É o que observa nos alunos, naqueles que também têm o “algo mais” no momento de, literalmente, meter a mão na massa. ●



Texto: Francisco Marques
Reportagem: Cristiane Hidaka,
Isadora Lionço e Rejane Gomes



Piencó (PB) – Foto: Sergio Amaral

TODO MUNDO GANHA

Programas sociais impulsionam economia das comunidades

Quando eu era pequeno, muitas vezes só tinha o beiju para levar para a escola. Eu comia antes de chegar lá, para não deixar que a criançada ‘mangasse’ de mim. Tinha medo dos outros, passava vergonha”. Duval Pereira Lima tem 65 anos, é casado, pai de quatro filhos. Ele mora há 60 anos em Pedra Branca, uma pequena cidade do Vale do Piencó, região pobre e seca do sertão paraibano, a quase 400 quilômetros da capital.

Ele conta a história emocionado, com voz embargada. O beiju de que falou é uma massa de milho, que servia para alimentar os animais e também as crianças, no passado. Duval foi agricultor toda a vida, como o pai e seus antecessores. Aposentou-se e montou uma pequena barbearia ao lado da praça da igreja, onde cobra R\$ 1 ou R\$ 2 pelo corte de cabelo.

A praça é símbolo da mudança que a cidade de menos de cinco mil habitantes viveu nos últimos anos. Todas as noites, os jovens se encontram no local para aproveitar a rede Wi-Fi grátis e se conectar ao mundo, por meio da internet, a partir dos celulares.

Pedra Branca, como centenas e centenas de municípios brasileiros, vive hoje uma nova realidade, impulsionada pela implantação de programas sociais do governo federal, integrados e articulados entre si. Enquanto na Paraíba o Bolsa Família é o vetor central da mudança, em Itanhaém, cidade praiana e turística do litoral Sul de São Paulo, com cerca de 95 mil habitantes, a mudança partiu da agricultura, com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Duval é taxativo: “O Bolsa Família é muito bom. Não é muito dinheiro, mas aqui ajuda muito o pessoal todo.” Ele acredita que todo mês o Bolsa Família injeta entre R\$ 500 mil e R\$ 600 mil no comércio da cidade. “Hoje ninguém vai mais embora daqui para procurar emprego”, reforça o barbeiro. “Aqui tem trabalho”.

Brincalhão, ele recorreu a algumas “tecnologias” para agradar os clientes: um “ar condicionado” improvisado, com um ventilador apontado para uma bacia cheia de água, e o borrifador para molhar os cabelos e refrescar o corpo, tanto de quem está tendo o cabelo cortado como para o dele mesmo.

Ele lembra a infância difícil, sofrida com a estiagem. “O primei-

ro sapato que eu botei no pé foi com 17 anos, emprestado de um vizinho”. Duval, seu pai e seus oito irmãos muitas vezes trabalhavam em troca de milho ou feijão.

Uma realidade parecida foi relatada por Ivan de Souza, 38 anos, enquanto o barbeiro o atendia. “Aos oito anos, eu já trabalhava na roça, com meu pai. Três dias na nossa roça e três dias ‘alugados’. A gente cuidava do algodão dos donos de terra. Eles nos pagavam em milho. Nossa comida era milho com leite e pão com leite”. Sua família tem outra vida. Ele planta e trabalha numa oficina de motos e bicicletas. A família é beneficiária do Bolsa Família. Ivan faz questão de que os três filhos, de 15, 11 e 8 anos, estudem. “Meu menino nunca precisou pegar numa enxada”.

O Bolsa Família também ajudou muito a família de Cícero e Maria Ledriana Silva. Agricultores, eles recebem o benefício há nove anos: os atuais R\$ 119 complementam a renda da família. “O dinheiro sempre ajudou muito. Um pouco para a feira, para comprar um chinelo, uma roupa, um remédio às vezes, um livro que precisa para escola ou até para tirar xerox”, conta Ledriana.

Há um ano, o casal montou uma horta no meio do sertão, que recebe água de um poço perfurado por eles. Começaram produzindo cebolinha, que hoje vendem para a prefeitura: R\$ 60 por mês. “Vamos começar a vender para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) também. Já tivemos a reunião na prefeitura”, contou sorridente Ledriana, preven-

“Hoje ninguém mais vai embora para procurar emprego.

Aqui tem trabalho”

Duval Lima - PB

do um ganho de mais de R\$ 500 por mês.

“Estamos ampliando”, destacou Cícero. “Plantamos também coentro, berinjela, pimentão, pimenta de cheiro, abobrinha e quiabo. Tem mamão para comermos em casa, mas quando tem bastante, a gente ainda vende. Tudo natural”. O produtor explica que aprendeu muita coisa com o pai. “Ele sempre trabalhou pros outros e me levava junto. Por isso, não estudei. Aprendi também com programas de TV. E, sempre que eu preciso de algo, peço pro meu filho pesquisar para mim na internet”, conta.

O filho mais velho, diz com orgulho, acaba de entrar no curso de Administração da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa. “Passou, entre os colegas de escola, em 1º lugar no Enem”, comemora Ledriana. O dinheiro vindo do PAA vai ajudar os estudos, explica Cícero. “Meus filhos agora vão precisar ainda mais de minha ajuda, porque estão indo para a faculdade”.

Em Igaracy, cidade vizinha a Pedra Branca com pouco mais de 6 mil habitantes, o comerciante Whellington Lima da Costa, 45



■ O barbeiro Duval Lima: “O Bolsa Família não é muito dinheiro, mas aqui ajuda muito o pessoal todo.”

anos, é um entusiasta das mudanças positivas que a região viveu na última década. “Meu pai já era comerciante aqui. E, quando dava seca, o pessoal vinha para quebrar o comércio, ficava todo mundo affito”, lembra. A seca atual durou mais de dois anos e foi uma das piores desde 1932. “Não tivemos problema”, destaca, ao apontar algo que muitos nas cidades da região relatam. Não há mais saques. “Hoje todo mundo tem seu ganho”.

Dono de duas lojas na praça central – uma de pequenos equipamentos e suprimentos agrícolas e outra de eletrodomésticos –, ele conta que não há mais miseráveis na

cidade. “Antigamente, você contava nos dedos quem tinha carro. Moto não existia 12 anos atrás, ninguém tinha dinheiro para comprar. Hoje você pode ir na zona rural, em qualquer bairro da cidade, e vê as motos”.

O comerciante Whellington considera o Bolsa Família essencial para municípios como Igaracy, com pouca dinâmica econômica própria. “Nas cidades pequenas, se não tivesse a ajuda do governo federal, não existia nem comerciante. O pessoal recebe o Bolsa Família e vem comprar. Compra fiado também, em 30 dias vêm e pagam, sem problema”, destaca.

A filha mais velha do comerciante estuda na capital do estado. Está terminando o ensino médio e quer estudar Medicina. “Ela vai pegar o Fies (Financiamento Estudantil) para poder estudar”. Os dois outros filhos moram em Igaracy. Todos estudam e têm transporte garantido para a escola. “Antigamente, o pessoal da zona rural vinha em cima de carro, acontecia muitos acidentes. Hoje andam de ônibus, aqueles amarelinhos com faixa preta, em uma estrada boa, que foi asfaltada em 2010”, conta o comerciante, referindo-se aos ônibus do programa Caminho da Escola, do Ministério da Educação.

Ele ainda lista outras importantes ações do governo federal na região: uma nova escola está em fase final de construção, casas foram entregues pelo Minha Casa Minha Vida, a prefeitura recebeu máquinas para apoiar a produção, como retroescavadeira, caçamba e patrôla, e uma adutora foi inaugurada. A cidade mudou.

Muito mais que bananas – Ao percorrer o trecho da BR-101 no litoral do estado de São Paulo, que liga Praia Grande até Registro, o cenário é diferente. A água é abundante. À esquerda, o mar e a praia dominam as estações turísticas, os balneários frequentados por milhões de moradores da capital paulista na primavera e no verão – a principal fonte de renda dos municípios.

À direita, cercada pelas montanhas que protegem os últimos resquícios de Mata Atlântica no país, estão as bananeiras, maior fonte de renda desta região no passado. O litoral sul paulista sempre teve destaque na produção de bananas, com grande aceitação no mercado externo, principalmente no Uruguai e na Argentina.

Nas últimas décadas, entretanto, o produto perdeu mercado, e os agricultores familiares tinham dificuldade em pagar as dívidas. “Eu quebrei! Tinha cento e poucos empregados. Hoje, só tenho um”, conta Antonio Isaías dos Santos, 66 anos, nascido no Paraná e morador de Itanhaém desde os anos 80. “Em 96, perdi milhares de pés de banana. O vento derrubou tudo. Foram três anos seguidos. Ficamos sem saída, foi perda total”.

Em 2007, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a prefeitura inaugurou o Banco de Alimentos, experiência que se tornou um divisor de águas para a produção agrícola local. Apesar de ser entendida como uma política de redução do desperdício de alimentos, a iniciativa foi além na cidade do litoral paulista. Ao concentrar no equipamento a compra de merenda escolar e do PAA e com a implantação da Feira do Produtor em 2011, também com apoio do governo federal, a agricultura e a pesca local foram retomadas, a área rural foi valorizada e a autoestima dos produtores melhorou.

“Todo mundo agora está investindo em hortaliças, palmito pupunha, está começando a plantar, está diversificando”, explica Antonio Isaías. De dez anos para cá, ele montou sua horta e já consegue vender entre R\$ 3 mil e 4 mil por mês. Boa parte é vendida para a prefeitura usar na merenda das crianças, por meio do Programa Nacional de Merenda Escolar. “Também estou entregando direto nos mercados, no sacolão, em seis restaurantes”, sorri.

A banana ainda é o carro-chefe, junto com a couve. E ele planeja expandir a produção. “Quero montar uma estufa e fazer produção hidropônica com alface, chicória e outras verduras”, conta. O cuidado com



Foto: Sergio Amaral

■ Antonio Isaías “quebrou” com a produção de bananas. Hoje diversificou e vende hortaliças para programas de governo

o produto é uma de suas marcas. “Para entrar no sacolão, tem que ser produto de primeira. O pessoal é mais exigente”.

Maximiano Gonçalves de Jesus, o seu Massur, 70 anos, também comemora o investimento que fez na diversificação da agricultura. Servidor público estadual aposentado e ex-vereador por duas vezes, ele mudou de vida há 16 anos e montou seu sítio, com a esposa e seus dois filhos. Tem 18 mil pés de palmito, todos produzindo, em dois alqueires de terra. Também planta abóbora, jiló, inhame, mexerica e jaca, além de criar galinhas.

No bar que montou na frente do sítio, onde os produtores da região se reúnem para conversar e tomar uma cerveja no final do dia, ele explica que o começo foi difícil. “Você plantava e não vendia. Um quilo de abóbora custava R\$ 1 na cidade. E o atravessador comprava da gente por R\$ 0,05. Hoje, a gente negocia o produto e entrega no Banco de Alimentos. Vendemos R\$ 51 mil por ano para a prefeitura”, comemora, acrescentando que acaba de construir três tanques para a criação de tilápias e traíras. “No próximo ano, já começo a retirar os peixes para venda”.

O filho do seu Massur, Marcos, e a esposa vendem toda semana os produtos na Feira do Produtor, que acontece aos sábados no estacionamento da prefeitura. Os agricultores familiares montam suas barracas, todas padronizadas. Lá, banana, palmito, manga, caju, tomate e abobrinha dividem espaço com as receitas diferentes feitas com os produtos, como brigadeiro e nhoque de banana, doce de leite fresco, bolo do coquinho do palmito pupunha e vinagrete de palmito.

Marcos voltou para Itanhaém depois de uma temporada em São Paulo. Quando a situação não estava boa, ele foi morar na capital paulista. Incentivado pelo pai e pelo PAA, voltou para Itanhaém para ajudar a família no sítio. “Não me vejo mais morando em São Paulo”, conta. Usa agora a experiência em vendas na área de telefonia celular para ampliar os resultados na feira. A barraca ganhou uma página no Facebook (www.facebook.com/barracadaveva). “Coloco lá o que a gente produz. O pessoal também encomenda: ‘deixa reservado para mim duas lasanhas, uns três quilos de palmito’. É muito bacana”.

A Feira do Produtor de Itanhaém também tem sua página própria no Facebook (www.facebook.com/feiraagricola.itanhaem), com mais de cinco mil amigos, e um blog (<http://feirapopulardeitanhaem.blogspot.com.br/>). Quem gerencia e publica o conteúdo é a agricultora Patrícia Ricomini, 35 anos, casada e mãe de uma filha de nove anos. “Posto curiosidades, produtos que temos na feira. O pessoal acom-

Foto: Sergio Amaral



■ Marcos de Jesus retornou para ajudar a família na produção: “Não me vejo mais morando em São Paulo”

panha e vem buscar”, conta. O canal também é importante para as vendas. “O pessoal pede pela internet, a gente passa o endereço por inbox e eles vêm buscar em casa, durante a semana. Já mandei produto para Itapeverica da Serra, São Paulo e Santos”.

A renda principal da família vem das vendas na feira, onde ela tem uma barraca desde 2011. Começou com doces, depois compotas. Há pouco, compraram uma desidratadora de banana. “Agora tenho as conservas, doces cristalizados, as farinhas, o brigadeiro de banana, bolachas e queijos”.

Curiosa e estudiosa, Patrícia também vende para a merenda: bolo de banana, banana passa e até farinha de banana verde, que “traz diversos benefícios para a saúde”. “Serve para colesterol, diabetes, triglicérides e prevenir câncer de intestino e a obesidade”, ensina. Ela continua investindo na diversificação. “Já estamos produzindo farinha de inhame, que reduz sintomas da menopausa e é antiinflamatória, e de berinjela, que age no ácido úrico”.

Os pescadores também ganharam barracas. Há unidades em diversas praias da cidade, como em Balneário Gaivota, onde Vanderlei Barbosa, o Deco, pesca e vende. Aos 46 anos, o ex-mecânico de carros conta que a feira trouxe benefícios. “De quatro anos para cá, melhorou bastante. Trabalhamos com todo tipo de peixe: corvina, pescada, robalo, espada. Consegui investir num freezer para fazer uns congelados e em um barco melhor”.

Casado, explica que seus filhos ajudam na limpeza dos peixes em

“O pessoal pede pela internet, a gente passa o endereço por inbox e eles vêm buscar em casa, durante a semana”

Patrícia Ricomini - SP

casa. “E todos estudam”, destaca. As vendas do verão são boas, devido aos turistas. No inverno, entregam o peixe para o PAA, uns 500 quilos, 600 quilos por ano. “Ajuda a gente a se manter”, explica.

Em breve, os produtores de Itanhaém terão um espaço permanente para as vendas. Uma nova sede do Banco de Alimentos será entregue no primeiro semestre de 2015. No local, terão barracas feitas de alvenaria, além de uma cozinha piloto para alimentos processados. O espaço abrigará também uma unidade de processamento de pescado, que vai permitir usar o produto para a merenda das crianças da cidade.

As histórias dessas duas cidades, tão distantes geograficamente, com culturas tão diferentes, têm em comum o desenvolvimento obtido com inclusão social. A articulação dos programas sociais e a ação integrada dos governos federal, estaduais e municipais permitiram que sua população voltasse a sonhar. E a acreditar que o país do futuro já é o Brasil do presente. ●

a cada **R\$ 1**
investido no Bolsa
Família R\$ 1,78
retorna na
economia

R\$ 2,40
é o efeito
multiplicador no
consumo final total
das famílias

Texto: Márcio Leal
Reportagem: Luiz Cláudio Moreira



Lago Oeste (DF) – Foto: Sergio Amaral

O CAMPO ESTÁ VIVO

Assistência técnica, acesso à água e garantia de comercialização transformam o meio rural

“Você quer um sanduíche?”. É assim, com a simplicidade de uma criança de quatro anos, que Kaleb Cortes recebe as pessoas que visitam seus avós na chácara Boa Vista, no Assentamento Chapadinha, em Brasília (DF).

Um pouco antes do almoço, os netos dos produtores rurais Lindaci Maria Cortes, 51 anos, e Raimundo Nonato de Souza, 42 anos, correm em direção à horta da família para colher os ingredientes do “supersanduba”, como fala Kaleb: folhas de alface, rúcula e couve recheadas com tomatinhos cerejas, tudo orgânico. A avó olha tudo, orgulhosa. “É muito gratificante ver os filhos e netos tendo uma alimentação saudável”.

O casal Lindaci e Raimundo vive há nove anos na propriedade de 10 hectares na zona rural da capital do país. Produzem mais de 30 tipos de

alimentos e escoam toda a produção. Eles são uma das milhares de famílias brasileiras que estão transformando o meio rural do país, com a ajuda de ações e programas de inclusão produtiva rural do governo federal dentro do Plano Brasil Sem Miséria. Assistência técnica, acesso à água e à luz, fomento para a produção, garantia de safra, compra direta da produção dos alimentos são algumas das ações que têm impactado a vida de famílias do campo, em todas as regiões do país, no cerrado, no sertão, nos pampas.

A vida da família começou a mudar em 2007, quando Lindaci Cortes decidiu deixar de ser diarista e sobreviver do que podia plantar. Ela conta que passou por alguns apertos e não conseguia faturar mais do que R\$ 200 por mês. Não passaram fome, diz, porque parentes ajudaram.

Em março de 2012, a família composta por três filhos e sete netos, e já inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais, passou a receber R\$ 300 de benefício do programa Bolsa Família. Assim, a alimentação do

dia a dia ficou garantida. Ainda no mesmo ano, a inscrição no banco de dados do governo federal deu acesso aos programas de assistência técnica e, depois, de apoio à comercialização.

Hoje, enquanto uma das suas filhas prepara um farto almoço, com direito a arroz, feijão, abobrinha refogada e frango cozido, Lindaci relembra o passado. “Era um desespero só. As crianças pediam algo para comer e não tinha nada”, completa, ao finalizar a preparação da salada, feita com verduras recém-colhidas e decorada com flores.



Foto: Ubirajara Machado

■ Augusto Júnior recebeu assistência técnica e recursos do programa de fomento para investir na criação de frangos: “Nos deram o peixe e nos ensinaram a pescar”.



■ Raimundo Pessoa já foi camelô em São Paulo, mas voltou para o Semiárido para viver da colheita.

Na varanda da casa, construída de madeirite e telha de amianto, Lindaci e Raimundo contam que a oportunidade para partirem para o plantio diversificado veio com a tecnologia social de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (Pais), implementada pela Fundação Banco do Brasil, em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-DF). No quintal, o casal recebeu uma horta circular irrigada por gotejamento.

Como eles, 354 mil famílias brasileiras participam do Programa de Fomento às Atividades Rurais. Por meio da ação, os agricultores familiares em situação de extrema pobreza espalhados pelo país rece-

bem assistência técnica e extensão rural, além de R\$ 2,4 mil – em três parcelas – para investir em projetos produtivos. A capacitação é feita por entidades e organizações de assistência técnica, privadas ou públicas, em todo o país.

Na primeira colheita após a implantação da tecnologia social, ainda em 2012, os alimentos produzidos, como alface, rabanete e tomate, foram encaminhados para entidades beneficiadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). “Quando participamos pela primeira vez do PAA, fechamos a nossa cota de R\$ 4,5 mil em três entregas”, lembra Lindaci. De lá para cá, eles não saíram mais do programa.

“A diferença é muito grande. Quando trabalhava assalariado, eu não ganhava a quantia que recebo aqui”

Raimundo de Souza - DF

Além de vender para o PAA, a família repassa os produtos em duas ações: no programa de compras institucionais do governo do Distrito Federal, que possibilita o recebimento de até R\$ 8 mil por ano, e, junto com outras famílias da região, vendem os produtos orgânicos em quatro feiras de Brasília, e tiram cerca de R\$ 250 por semana.

Raimundo não esconde o sorriso quando compara as duas épocas. “A diferença é muito grande. Quando trabalhava assalariado, eu não ganhava a quantia que recebo aqui”, celebra o agricultor.

Com a mesma alegria o produtor rural Augusto Júnior dos Santos, de 32 anos, se dedica à criação de frangos no DF. Ele chegou a trabalhar em um restaurante no centro de Brasília, até perceber que precisava voltar para o campo. Em 2013, depois de descobrir o Programa de Fomento e receber assistência técnica, o agricultor familiar teve a oportunidade de ver a produção crescer.

“Os técnicos da Emater nos ensinaram a pescar e ainda nos deram

o peixe, o que nos ajudou muito”. Augusto construiu um galinheiro usando apenas materiais recicláveis, uma forma de baratear a obra. Com os recursos recebidos, investiu na compra de ingredientes para ração e de cerca de 300 pintinhos.

O PAA foi fundamental para o negócio prosperar. Desde outubro de 2013, Augusto comercializou cerca de R\$ 4,6 mil com o programa. “É um dinheiro que é certo e justo”, conta o agricultor, que já conseguiu inclusive comprar material para aumentar sua casa.

E os resultados da mudança de vida vão muito além da pequena propriedade rural. Após dez anos longe das salas de aula, a sua esposa,

Federica Cordeiro, 30 anos, voltou a estudar. Está no segundo semestre da graduação em Pedagogia.

Convivendo com a seca – Do outro lado do Brasil, os sertanejos do Semiárido nordestino, castigados por períodos prolongados de seca, enfrentaram de forma diferente a estiagem que teve início em 2012 – a pior dos últimos 50 anos, segundo dados da Organização Meteorológica Mundial.

A entrega, nos últimos três anos, de mais de 750 mil cisternas de água para consumo humano e de outras 88 mil tecnologias sociais de apoio à produção, dentro das ações do Plano Brasil Sem Miséria, abriu novas oportunidades para quem já não



■ Abelmanto e Jacira Oliveira captam, com as cisternas, mais de três milhões de litros de água para consumo e produção

PAA

Programa de
Aquisição de
Alimentos

301,6 mil

(2011 a junho/2014)
operações
feitas por famílias do
Cadastro Único

4 milhões

toneladas de
produtos adquiridos
da agricultura
familiar

388 mil

de agricultores
comercializaram
para o PAA

“As cisternas tiraram um peso da cabeça das mulheres”

Irene de Jesus - BA

tinha mais esperança de colher frutos daquela terra seca, sem valor.

O sertanejo Raimundo Rodrigues Pessoa, 48 anos, morador de Itapipoca (CE), conta que já teve que fazer “de tudo um pouco nesta vida”. “Já fui até camelô na cidade grande”, lembra.

Foram três anos em São Paulo. A saudade da família e da terra motivou sua volta ao sertão. E a chegada da cisterna para consumo, em 2010, diminuiu a dor da seca. Que o diga sua esposa, Maria das Dores Martins, 44 anos, que não teve mais problemas de infecção urinária em razão da água salobra que bebia diariamente.

Já o sentimento de que o sertão poderia lhe render frutos veio em 2012. Com a implantação da cisterna para produção, Raimundo conseguiu plantar abacaxi, cebolinha, chuchu, banana e muitos outros produtos. A renda total da família é superior a R\$ 1 mil por mês.

Hoje, Raimundo comemora não precisar mais trabalhar como empregado. “Só saio daqui pelas mãos de Deus. Nunca imaginamos ter um quintal com tanta comida”, comemora o agricultor, que ainda se dedica à criação de porcos e galinhas.

Melhoria de vida – A falta d' água também não é mais problema para

a baiana Irene Santos de Jesus, 39 anos, no município de Serra Preta (BA). Por muitos anos, a única água disponível para consumo estava a doze quilômetros de sua casa.

Em 2005, aconteceu a mudança. Ela recebeu a primeiro reservatório do Programa Cisternas, passando a captar a água da chuva. “As cisternas tiraram um peso da cabeça das mulheres”, declara.

Quando a família recebeu a segunda cisterna, em 2013, a agricultora financiou a compra de uma vaca leiteira com recursos do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (Crescer). Com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ela investiu no pequeno plantio de laranjas e na criação de galinhas caipiras.

Em pouco tempo, com a ajuda da assistência técnica e extensão rural do Programa Fomento às Atividades Produtivas Rurais, do Plano Brasil Sem Miséria, Irene começou a vender hortaliças e ovos para o PAA e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). “Todo ano tem estiagem”, ela explica, com a sabedoria do sertanejo. “Mas, depois que a gente começou a se organizar, para mim não tem mais seca”, diz.

Ao lembrar sobre as mudanças em sua vida, Irene de Jesus fala do que ainda está para chegar. “Em breve, vou receber a minha nova casinha”, diz ao contar que foi beneficiada pelo programa Minha Casa Minha Vida Rural, junto com outras 50 pessoas na comunidade.



Fomento

131 mil
famílias incluídas

Mais de
R\$ 242,3
milhões

de repasses a
desenvolvimento de
projetos produtivos

Persistência – Mudança essa que o agricultor familiar Abelmanto de Oliveira, 42 anos, e sua esposa Jacira de Oliveira, 43 anos, tanto desejaram. Juntos, em 2007, investiram na criação de abelhas e ovelhas em Riachão do Jacuípe, a 207 quilômetros de Salvador (BA). Enfrentaram dificuldades: as abelhas migraram por conta da seca. E, com as dívidas, o casal vendeu os animais.

A inquietude do agricultor não o deixou abandonar o sertão. Ele conseguiu apoio dos governos federal e estadual para a construção de uma cisterna de consumo e outra para a produção.

Depois de ser capacitado para construir os reservatórios, o casal passou a pesquisar e investir em outras tecnologias para armazenar água da chuva.

“Na verdade, me considero num paraíso em pleno Semiárido”, fala Abelmanto, que vende a maior parte da sua produção para reforçar a merenda escolar das crianças por meio do Pnae.

A família também voltou a criar animais: cabras e galinhas. O esterco gera biogás para a cozinha e biofertilizante para as plantas. “A seca é um fenômeno natural e cíclico e, na verdade, a gente tem que aprender a conviver com a realidade que se vive e criar mecanismos para lidar com essas situações”, ensina. ●

Texto e reportagem:
André Gomes e Patrícia Alencar

Serrinha (BA) – Foto: Sergio Amaral

Cisternas

2003 a 2014

17

bilhões

de litros de água armazenados no Semiárido

1 milhão

de cisternas para consumo entregues



São José dos Campos (SP) – Foto: Sergio Amaral

A INFÂNCIA SEM FOME

Subalimentação deixou de ser um fenômeno generalizado no Brasil

O cheiro de tempero alcança as ruas do bairro Campo dos Alemães, em São José dos Campos, cidade paulista do Vale do Paraíba. É lá, no bairro pobre de uma das cidades mais ricas do estado, que funciona a cozinha do Centro de Educação Paulo César dos Santos Mortari, apelidado de Crechão. São 838 crianças de zero a cinco anos, que passam 10 horas por dia na escola e recebem orientação pedagógica, terapêutica, acompanhamento médico e, principalmente, cinco refeições por dia.

“Alguns novatos comem arroz durante uma semana porque não conhecem outros alimentos em casa”, relata a orientadora geral do Crechão, Sônia Sirolli Santana. Mas, em pouco tempo, conta ela, as crianças vão se adaptando à variedade de comidas, divididas em café da manhã, frutas, almoço, lanche da tarde e jantar, de acordo com a idade e desenvolvimento de cada um. O volume de alimentos consumido diariamente é grande: 23 quilos de arroz, oito de feijão e dez de carne.

A alimentação oferecida na creche faz muita diferença na vida das crianças matriculadas. “Dificilmente eu

conseguiria oferecer tanta variedade de comida em casa”, desabafa Maria da Conceição Pereira Real, 53 anos. A mulher miúda, mãe de cinco filhos e avó de 12 netos, fala com a voz baixa de quem já enfrentou muita dificuldade na vida. “Minha filha abandonou os três e eu fiquei com a guarda”. O mais novo, Lucas, seis anos, é uma das crianças que almoçam àquela hora no refeitório do Crechão. “Meus netos sempre foram muito bem alimentados e educados aqui. A Giovana, hoje com dez anos, saiu saudável, lendo e escrevendo”.

A preferência nas vagas é dada a mães que trabalham. São chefes do lar, que sustentam a família atuando no mercado informal.

O difícil para as mães é viver com tão pouco. Cerca de um terço das crianças do Crechão é beneficiária do Bolsa Família, entre elas os netos de dona Conceição. Ela recebe R\$ 182 por mês e faz render o dinheiro para complementar o pouco que entra em casa. “Como economizo com comida, sobra um dinheirinho para roupa de frio”.

O comportamento de dona Conceição é o mesmo de outras mães. Numa olhada rápida no

refeitório, é possível ver que todas as crianças estão bem agasalhadas na manhã fria de São José dos Campos. “Isso veio depois do Bolsa Família. Elas não passam mais fome e nem frio”, conta a orientadora Sônia. “Antes, eu cansei de ir correndo comprar meias e casacos para crianças totalmente desprotegidas”.

A fome e o frio também fizeram parte do passado da gaúcha Ângela Maria Machado, 34 anos, filha de uma família de 24 irmãos. Os pais trabalhavam como carroceiros na periferia de Porto Alegre (RS). Por vezes, faziam bicos para dar conta das despesas da casa.

Na época, para abrandar o vazio no estômago, eles mandavam os filhos

para a creche da Associação Comunitária do Campo da Tuca, na zona leste de Porto Alegre (RS). Lá, havia apenas uma refeição: polenta com guisado ou salsicha. “Não tinha esse luxo que tem agora”, comenta ela, que hoje trabalha como auxiliar de educadora na instituição.

O filho Vinícius Dexter, quatro anos, frequenta a mesma creche que a mãe, 30 anos depois, mas não reprisa a mesma história de miséria e fome. Faz cinco refeições por dia, recebe acompanhamento médico e nutricional. Parte dos ingredientes das refeições oferecidas na creche vem da agricultura familiar, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Vinícius repete o que aconte-

“O Bolsa me ajudou muito, principalmente na alimentação dos meus filhos. Eu não quero que eles passem pelo que passei”

Ângela Machado - RS

ceu com o irmão mais velho, Wellington Benício, nove anos, que deixou a creche há três anos, onde superou um quadro de desnutrição. A mãe relembra que os dois filhos entraram na instituição abaixo do peso ideal.

Ângela ainda é beneficiária do Bolsa Família e está consciente de que, com o aumento da renda, já não precisará do dinheiro do programa. No entanto, sabe o quanto ele foi fundamental para que a vida de seus filhos fosse diferente da sua. “O Bolsa me ajudou muito, principalmente na alimentação dos meus filhos. Eu não quero que eles passem pelo que passei”, diz ela, que buscou se qualificar profissionalmente para conseguir o emprego na creche.

A realidade dos netos de dona Conceição e dos filhos de Ângela não representa casos isolados. A fome, que atingia de maneira especialmente cruel as crianças brasileiras e respondia por parcela significativa da mortalidade infan-

Foto: Ubirajara Machado



■ Vinícius Dexter, filho da auxiliar educacional Ângela Machado, faz cinco refeições diárias na creche que frequenta em Porto Alegre



■ Dona Conceição Real conta com as refeições na creche para garantir a alimentação do neto Lucas

til, deixou de ser um fenômeno generalizado no Brasil. Em pouco mais de dez anos (2002 a 2013), de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 15,6 milhões de pessoas no Brasil deixaram a condição de subalimentadas, uma queda de 82,1%. Hoje, com um índice de apenas 1,7% de brasileiros em situação de subalimentação, o Brasil saiu do Mapa da Fome das Nações Unidas.

A FAO destacou, entre as ações que contribuíram para tirar o país do Mapa da Fome, não apenas as que garantiram renda à população e investimentos em agricultura

familiar, como também a oferta de merenda escolar nas escolas públicas e creches do país. Todos os dias, 43 milhões de crianças e jovens (mais do que a população da Argentina) recebem refeições, com produtos vindos, em parte, da agricultura familiar, comprada pelo governo diretamente dos pequenos produtores e repassada às instituições. Além de ajudar a melhorar a renda de famílias de produtores rurais, o programa de merenda escolar contribuiu fortemente para os resultados alcançados nos últimos anos na redução da desnutrição, aguda e crônica.

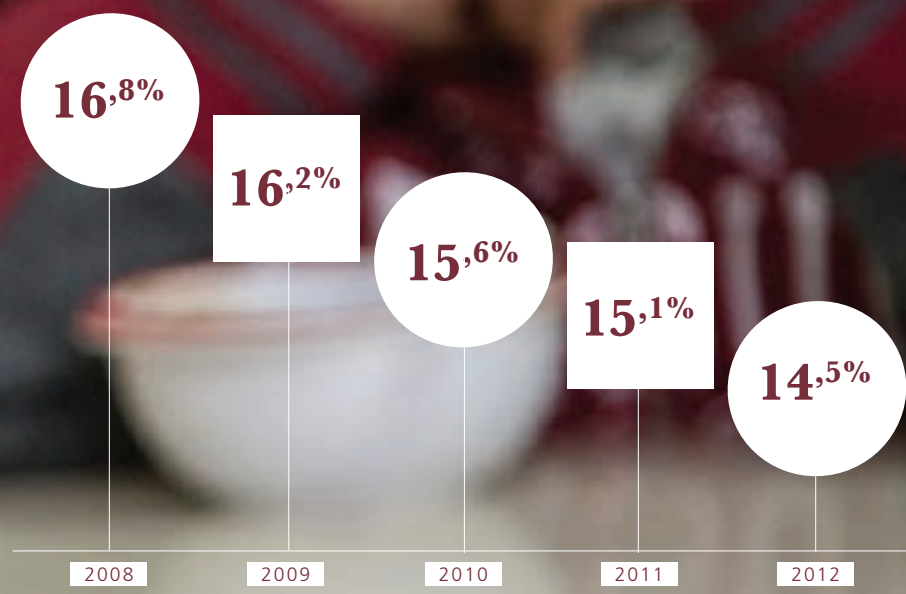
Não apenas caiu drasticamente a mortalidade infantil devido à

desnutrição (58%), como a estatura dos meninos e meninas melhorou. Crianças beneficiárias do Bolsa Família, medidas entre 2008 e 2012, estão na média quase um centímetro maiores, num espaço de tempo de apenas quatro anos, segundo estudo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério da Saúde, baseado nos dados de condicionalidades do Bolsa Família. É uma vitória incontestável: o déficit de altura é um dos sinais de desnutrição crônica, que afeta o desenvolvimento intelectual das crianças.

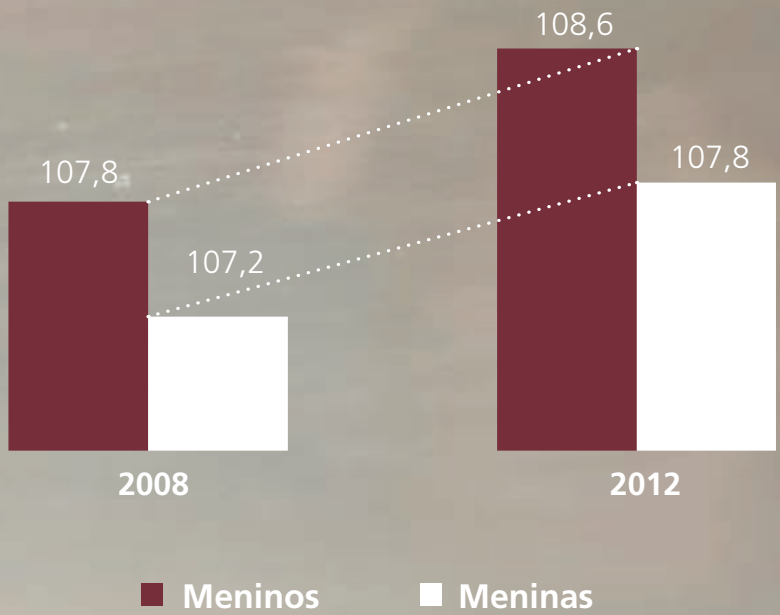
As novas gerações sem fome serão brasileiros mais saudáveis e mais desenvolvidos, um investimento no futuro do



Prevalência de baixa estatura (%) em crianças de cinco anos do Bolsa Família



Aumento na estatura média das crianças beneficiárias com cinco anos (em centímetros)



■ Meninos ■ Meninas

Fonte: Ministério da Saúde, elaboração MDS



■ Keycyane Silva fugiu da miséria no Piauí e chegou a procurar comida num lixão no Distrito Federal. Seu filho Sadrak não sabe o que é fome

país. Dentre as cinco regiões do Brasil, os efeitos das transferências de renda e suas condicionalidades, integradas às ações do Plano Brasil Sem Miséria em seus vários eixos de atuação, foram particularmente marcantes para as crianças das regiões Norte e Nordeste do país.

Um exemplo dessa mudança no quadro de desnutrição está no sertão paraibano, na cidade de Piancó, onde vive Gabrielle Ferreira, de três anos. A menina chegou à Creche Cenícia Maria com seis quilos. As nutricionistas indicaram dieta balanceada, com alimentos saudáveis e disponíveis na região, além da ingestão de sulfato ferroso.

A mãe de Gabrielle, Josicleide Ferreira Macedo, 33 anos, tem outros

dois filhos. Além do trabalho como doméstica, recebe R\$ 230 do Bolsa Família. Na creche, a filha alcançou nove quilos, peso considerado ideal.

Além de Gabrielle, outras 96 crianças frequentam a única creche de Piancó. Como várias instituições similares no restante do país, a unidade se beneficia da ação Brasil Carinhoso, que faz suplementação de vitamina A e de sulfato ferroso e repassa recursos aos municípios por vaga aberta para crianças beneficiárias do Bolsa Família. Em Piancó, com a verba de R\$ 124 mil recebida do programa, a Creche Cenícia Maria investiu em melhorias estruturais, como piso e refrigeração. A alimentação é o ponto forte da creche e

consome R\$ 1,7 mil por semana. O resultado é positivo: apenas seis crianças ainda não alcançaram o peso ideal.

Por todo o país, mais de 702 mil crianças beneficiárias do Bolsa Família foram matriculadas em creches nos últimos anos. Somente em 2014, os recursos destinados pelo Brasil Carinhoso para creches superaram R\$ 766 milhões.

É uma geração que, diferentemente dos pais, não conhece a fome. Como Sadrak Araújo da Silva, nove anos, rosto corado e aparência saudável. Sua mãe, Keycyane, frequentava a escola para fugir da fome, em Teresina (PI). O filho vai à Escola Classe 2, na Estrutural, uma das regiões mais pobres de Brasília. Lá, Sadrak faz quatro refeições e ainda pede pra repetir.

Keycyane tem outros dois filhos, de um e cinco anos. Passou por momentos difíceis em Brasília. Grávida, procurou comida no lixão. Hoje, trabalha em uma fábrica social de bonés e recebe complemento de renda do Bolsa Família. Com o benefício, compra o que o salário não dá para pagar. “Arroz, feijão, carne, alface, tomate e beterraba”. Ela conta: “Já comprei cama, armário e até tablet para meus filhos”. E sorri, com a expressão de quem, como milhares de brasileiros, deixou pra trás um passado de fome e miséria. ●

Texto: Lis Weingärtner

Reportagem: Isadora Lionço, Luiz Cláudio Moreira e Márcio Leal

O MDS PRA VOCÊ

É hora de conhecer seus direitos



mdspravoce.mds.gov.br

Acesse e conheça os serviços, programas e ferramentas que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome oferece aos cidadãos brasileiros.

Descobrir seus direitos é o primeiro passo para exercê-los.

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome





Marapanim (PA) – Foto: Ubirajara Machado

MAIS SAUDÁVEIS E DESENVOLVIDOS

Ações do Brasil Sem Miséria reduziram a mortalidade infantil e melhoraram a saúde

O isolamento matou seis dos 12 filhos de dona Domingas Francisca Maia, 66 anos. Como ela, Maria da Cruz da Silva, 50 anos, só viu a metade dos 12 filhos sobreviver. Domingas é quilombola, da remota comunidade Kalunga de Vão de Almas, encravada na serra da Chapada dos Veadeiros, a 80 quilômetros do centro do município de Cavalcante (GO) e a quase 600 quilômetros da capital Goiânia. Maria, dona de casa, vive em Sobradinho, no DF, e cria sozinha seus cinco netos. Ambas não fizeram o pré-natal, não tiveram acesso à vacinação ou a qual-

quer tipo de atendimento médico. Seus filhos também não.

Em Vão de Almas a morte sempre foi vista com naturalidade. Sobreviver já era uma vitória. Algumas famílias perdiam dois filhos de uma vez. Domingas, que já fez mais de 30 partos, atribui a morte de seus filhos e de outros tantos na comunidade à falta de acesso à saúde. “Tive 12 filhos. Metade morreu, mas não foi por causa de fome. Não tinha vacina, não tinha nada. Mulher daqui não tomava nada”, diz. “Aqui era assim: os homens saíam a cavalo e compravam o que precisava. E as mulheres, o que tomavam? Tomavam nada. O alimento era só massa (de mandioca)”, completa. Quando a criança morria, conta Domingas, “diziam que era mal dos sete dias”.

Histórias assim estão ficando cada vez mais no passado. Muito usado no interior do Norte e Nordeste para anunciar a morte, os sinos das igrejas já não tocam sua badalada mais triste. Relatos como o de Domingas têm ficado raros. Os impactos do Bolsa Família na saúde dos brasileiros são incontestáveis, principalmente na saúde das gestantes e das crianças menores de cinco anos de idade. A mortalidade infantil por causas relacionadas à desnutrição caiu 58% e, à diarreia, 46%. O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) acompanha a saúde de 5,1 milhões de crianças entre zero e cinco anos, pesadas e medidas a cada seis meses.

A pesquisadora e professora do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília (UnB),



Foto: Ana Nascimento

■ Josefa Borges passou a ir ao posto de saúde por causa do Bolsa Família e hoje percebe a diferença na saúde dos filhos

Leonor Pacheco, afirma que levar uma criança aparentemente saudável a um posto de saúde para fazer o monitoramento do crescimento e desenvolvimento é uma das grandes conquistas do Bolsa Família e da condicionalidade de saúde. “As mães não tinham essa cultura. Só levavam os filhos ao posto médico em caso de doença”.

“No interior da Bahia, havia crianças cegas em função da falta de vitamina A. A desnutrição não só matava, como cegava um número desconhecido de crianças Brasil adentro”, lembra Leonor.

Com a criação do Brasil Sem Miséria, há três anos, 9,1 milhões de crianças de seis a 59 meses tiveram

suplementação com megadoses de vitamina A – uma das ações do Brasil Carinhoso – . Outras 402 mil receberam 1,2 milhão de frascos de sulfato ferroso nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), em 1.595 municípios brasileiros.

A quilombola Domingas lembra que, quando era jovem, o único acesso até a cidade era a pé ou no lombo de uma mula. Quando uma mulher tinha problemas no parto, era colocada em uma rede e carregada por seis homens, durante quase dois dias, até a beira da rodovia, para buscar uma carona até o hospital de Cavalcante (GO). “Hoje não tem mais isso, não. As crianças tomam

vacinas”, ressalta Domingas. Uma vez por mês, a prefeitura envia um transporte gratuito para que os quilombolas possam ir até a cidade resolver suas questões pessoais e sacar o benefício social, já que quase todos recebem o Bolsa Família. Desde o início do Brasil Sem Miséria, o aumento da cobertura das equipes de Saúde da Família nos municípios prioritários beneficiou mais de 4,8 milhões de pessoas.

Maria da Cruz, beneficiária do Bolsa Família, diz que está mais saudável desde que começou a frequentar o centro de saúde de Sobradinho, no DF. A cada seis meses, cumprindo uma das condicionalidades do

Foto: Ana Nascimento



■ Maria da Cruz conta que nunca gostou de ir ao médico. Hoje leva os netos ao centro de saúde onde eles são pesados e medidos

programa, ela e os netos vão ao posto para fazer o acompanhamento da saúde. Os seis integram um universo de 8,8 milhões de famílias que foram acompanhadas no primeiro semestre deste ano. Desse total, 5,1 milhões são crianças e cerca de 200 mil são gestantes.

Ela conta que nunca gostou de ir ao médico e só ia em caso de dor extrema. “Agora que tenho que ir com frequência, reconheço a diferença. Principalmente para os meus netos, que são pesados todo mês. Se um deles está doente, a enfermeira já avisa que precisa levar ao médico”, conta, exibindo orgulhosa a carteira de vacinação das crianças em dia. Como não conhece letra nem número, levo o cartão toda vez que eu vou e as moças do postinho é que falam quando tem que vacinar. Tem doença que a gente conhece, como gripe e febre, mas tem problemas que os médicos e as enfermeiras é que sabem”, diz.

As famílias atendidas pelo programa também gastam mais do que outras com consumo de grãos e cereais, aves e ovos, carnes, panificados, legumes, óleos e bebidas não alcoólicas, indicando que o Bolsa Família auxilia na melhora do *status* nutricional de crianças e adolescentes. Isso pode ser sentido na prática, segundo Leonor Pacheco.

Para uma pesquisa, ela e sua equipe acompanharam 360 mil crianças, de zero a cinco anos, a cada seis meses, durante quatro anos. Nenhuma delas desenvolveu obesidade. O que é um bom indicativo de que o contato com a unidade de

“No final da década de 1980, a seca foi considerada um genocídio. Famílias perdiam até três crianças. Isso não acontece mais”

Leonor Pacheco
Pesquisadora e professora da UnB

saúde e o fato de já estar ganhando peso com acompanhamento está ajudando a prevenir a obesidade, destaca. “Isso é importante e para ser comemorado, visto que hoje a obesidade é uma preocupação maior do que a fome”.

Mudança de hábitos – Amamentando e acariciando as bochechas da filha de quatro meses, Josefa de França Borges, 42 anos, respira aliviada depois de uma manhã agitada no Centro de Saúde 2, em Sobradinho, onde esteve para pesagem dela e da bebê. Mãe de outros dois meninos, um de três e outro de 11 anos, Josefa conta que somente depois que começou a receber o benefício do programa Bolsa Família é que passou a ir com frequência ao centro de saúde. Ela assegura que se sente mais saudável. Parece que a gente adoce menos. A nenê cresce e está gordinha, e o Luiz está cada dia maior e alegre”, conta orgulhosa a mãe.

Redução na natalidade –

Diferentemente do mito de que mulheres beneficiárias têm mais filhos, dados dos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) de 2000 e 2010 apontam que o grupo de mulheres mais pobres apresentou queda de 30% no número médio de filhos, acima, portanto da média nacional, de 20,2%. As maiores reduções ocorreram nas regiões Nordeste (-23,4%) e Norte (-21,8), que são as localidades que mais recebem a transferência de renda.

Leonor Pacheco, que percorreu os grotões brasileiros entre 1977 e 1999, acompanhando principalmente crianças de zero a cinco anos de idade, lembra que, no final da década de 1980, a seca foi considerada um genocídio. “Famílias perdiam até três crianças”.

Segundo ela, na última seca severa no Nordeste, em 2013, as mortes atingiram apenas o gado. “Não houve aumento da mortalidade infantil e nem temos mais notícias de morte por causa da seca”.

Segundo a professora, a população em situação de insegurança viu a vida mudar não apenas por causa do benefício de transferência de renda. “É o programa de cisternas, é o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), é o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). É um conjunto de políticas e programas implantados ao longo de pouco mais de uma década e por um período ininterrupto”. ●

Texto: *Cintia Nunes*
Reportagem: *Cristiane Hidaka e Sirlene Rodrigues*





**9,1
milhões**

de crianças
receberam
suplementação de
vitamina A

Caiu em **58%**
a mortalidade
infantil por causas
relacionadas à
desnutrição

50%
mais consultas de
pré-natal



Vão de Almas (GO) – Foto: Sergio Amaral

UM FUTURO MELHOR PARA NOVAS GERAÇÕES

Ações em educação garantem pleno desenvolvimento intelectual dos jovens

A habilidade para desenhar despertou na estudante carioca Andressa Leal Mendes, 15 anos, o interesse pela arquitetura. “Vejo na televisão o que os arquitetos fazem numa casa e digo pra mim mesma: um dia vou conseguir fazer melhor”, planeja. Estudiosa, organizada e detalhista, a adolescente de Nova Iguaçu (RJ) gosta de matemática e é apaixonada pela leitura. Toda a semana retira um livro na biblioteca. No contraturno da escola, Andressa se dedica à oficina de fotografia oferecida após o horário regular. Ela é destaque na turma.

Andressa cursa o 9º ano no Centro Integrado de Educação Pública Ministro Salgado Filho, que oferece aulas em período integral pelo programa Mais Educação. A estratégia faz parte do Plano Brasil Sem Miséria e garante às escolas o aumento da jornada em até sete horas diárias. No país, 35,7% das

escolas que participam do programa têm maioria de alunos beneficiários do Bolsa Família. No contraturno, os alunos conciliam as disciplinas do currículo escolar e atividades esportivas e culturais.

A cada dia na escola, a menina vem traçando um futuro diferente do de sua mãe, Aline da Silva Leal, 31 anos. A vendedora ambulante precisa do programa Bolsa Família para ajudar no sustento de Andressa e suas duas irmãs. A infância foi difícil. Aos seis anos, foi obrigada a vender doces na rua sozinha para ajudar em casa. O sacrifício a impediu de frequentar a escola. “A primeira vez em que pisei numa sala de aula, na minha vida, foi para participar de uma reunião de pais”, relata.

Aline aprendeu sozinha o pouco que sabe sobre ler e escrever. Ela lamenta nunca ter auxiliado as meninas nas tarefas escolares. “Não posso ajudar, mas estimular sim”. E complementa: “Não quero



■ Escola integral, motivação e incentivo da mãe Aline conduzem Andressa Leal para o sonho da universidade. Ela quer ser arquiteta

filho meu na rua trabalhando. Posso me apertar um pouco, mas meus filhos têm que estar na escola para ter oportunidades”. Andressa se emociona com as palavras da mãe e diz que, ao pensar no que ela passou, tem mais motivação para estudar. “Não quero essa vida para mim”.

O compromisso com a educação e um futuro melhor para os filhos une beneficiários do Bolsa Família de Norte a Sul do país. Na comunidade Kalunga Vão de Almas, a 80 quilômetros de Cavalcante (GO), Janda da Cunha Pereira, 41 anos, leva todas as manhãs três dos seis filhos à escola, os menores. “Faltar, só se sentir alguma coisa, der febre ou se for período das águas”, declara, ao

explicar que, quando o rio sobe, não é possível atravessar.

O quilombola estudou até o terceiro ano do ensino fundamental, mas só sabe escrever o próprio nome. Não quer o mesmo destino para seus filhos. “Quero que meus meninos cresçam na vida”, diz ele, que se desdobra entre a plantação de mandioca, a produção de farinha e os deveres de pai.

A permanência na escola é uma das contrapartidas exigidas dos beneficiários do Bolsa Família. Estudantes de 6 a 15 anos de idade precisam assistir a pelo menos 85% das aulas e adolescentes de 16 e 17 anos, 75%. Quase 17 milhões de alunos beneficiários têm sua frequência escolar monitorada todos os meses pelo governo.

Os dois filhos mais velhos estudam à tarde e percorrem, a pé ou de mula, os oito quilômetros para chegar à Escola Municipal Córrego da Serra. A primogênita Cristiane, de 14 anos, é o orgulho da família. “No ano que vem, ela termina o estudo e tem que ir para a cidade”, conta a mãe, Zelmira Fernandes da Cunha, 34 anos. Ela quer ver a filha superar o ciclo da pobreza e promete: junto com o marido, vai lutar para que Cristiane não pare os estudos.

Estudar para superar – A assiduidade na escola e as aulas em tempo integral contribuem para a redução das diferenças no aprendizado de crianças e jovens mais pobres. Os dois fatores vêm se mostrando uma importante combinação para interromper a miséria entre as gerações.

“Eles aprendem mais. Além do português, das ciências, da matemática, aprendem a conviver, a gostar da leitura, a praticar esporte, a viver e construir situações que façam sentido para a sua inserção na sociedade”, avalia a pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Jaqueline Moll.

Entre 2002 e 2012, a defasagem idade/série entre os alunos 20% mais pobres caiu de forma notável em decorrência da exigência de frequência às aulas. Em 2012, menos da metade dos estudantes de 15 anos desta faixa de renda ainda registrava defasagem. Dez anos antes, esse percentual beirava 70%.

Os alunos do Bolsa Família estão presentes em 80% das escolas

públicas de educação básica, o que representa aproximadamente 160 mil escolas e abrange cerca de 30% das matrículas. O Censo Escolar de 2013 mostrou crescimento de 139% no número de estudantes matriculados em tempo integral: de 1,3 milhão em 2010 para 3,1 milhões em 2013.

Quando mudou de escola no início do ano, Indianara Beloto de Vargas, 13 anos, desconhecia o timbre da escaleta, instrumento de sopro com um pequeno teclado análogo ao do piano. Não sabia também que a nova escola – a Senador Alberto Pasqualini, em Novo Hamburgo (RS) – tinha uma banda marcial.

Uma amiga foi quem a convidou para participar das aulas da banda no contraturno da escola. Contou, com orgulho, que memorizou o Hino Nacional em apenas duas horas. “Basta se empenhar para aprender”, diz a garota. “Nada é difícil”.

Questionada sobre o que mais gosta de estudar, ela responde prontamente: “Adoro matemática”. Indianara quer ser arquiteta, mas não descarta a possibilidade de ser jogadora profissional de handebol, outra atividade que pratica por meio do Mais Educação.

Longe das ruas – Para a professora de português Edevânia de Araújo Alves, 31 anos, o programa de

educação em tempo integral oferece oportunidades para o desenvolvimento social das crianças e evita que elas trabalhem. “Se não tivesse o Mais Educação, eles poderiam estar na rua, aprendendo o que não devem”, relata.

Edevânia mora e leciona na aldeia Barão – onde vivem os índios da etnia Poyanawa – no município de Mâncio Lima (AC). Depois do horário regular, os estudantes têm aulas de teatro, música, letramento e atividades esportivas. O Mais Educação também ajuda mães que não têm com quem deixar seus filhos, como é o caso da própria professora. “Minha filha participa de todas as atividades e adora, não quer sair”, explica, ao falar

Foto: Ubirajara Machado



■ Indianara Vargas (à esquerda) aproveita o contraturno da escola em Novo Hamburgo para aprender música e praticar esportes



■ Ethiene Wenceslau estuda Direito no Rio de Janeiro. É a primeira da família a chegar à universidade

de Yasmin, nove anos. “Ela melhorou muito a escrita desde que o programa foi implantado”.

Estudantes do Bolsa Família têm rendimento próximo ou até superior em comparação aos demais estudantes da rede pública. No ensino médio, por exemplo, os beneficiários têm aprovação maior (79,7%) do que os outros colegas da rede pública (75,5%).

Os resultados do Enem 2011 reforçam tais dados. Entre os estudantes da rede pública de ensino, os beneficiários do Bolsa Família tiveram nota 500,29, enquanto os não beneficiários tiveram nota 500,31.

A universidade é só o começo

— A ex-beneficiária do Bolsa Família Ethiene Wenceslau conquistou uma vaga no concorrido curso de Direito

da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Aos 22 anos, moradora da Vila Cruzeiro, no bairro da Penha, está no sétimo semestre.

“Quando você tem um objetivo, você faz de tudo para alcançá-lo”, diz a jovem que foi a primeira na família a entrar na universidade. A mãe deixou os estudos no ensino fundamental e o pai tentou cursar enfermagem, mas “parou no meio do caminho”. Na comunidade onde vive, cinco amigos entraram na faculdade na mesma época também pelo sistema de cotas. “Um tempo atrás, não teria nenhum”, pondera.

Para ingressar na faculdade, Ethiene enfrentou uma rotina exaustiva no último semestre do ensino médio. Precisou conciliar diariamente a escola

pela manhã, o estágio obrigatório à tarde e as aulas em um pré-vestibular social à noite. Conseguiu desconto integral em um curso preparatório particular, que frequentava todos os sábados das 8h às 17h.

Atualmente, faz estágio no departamento jurídico da Souza Cruz, onde ganha cerca de R\$ 1,2 mil. Ela diz que se sente feliz em conseguir cumprir, pouco a pouco, as metas que estabeleceu, mas ainda tem muitos planos. Quer ter tempo para fazer um curso de francês, comprar uma casa em um lugar melhor para a mãe e deseja conhecer a Europa, “mais por conta da França, que é o meu sonho”. ●

Texto: *Eline Santos*
Reportagem: *Cristiane Hidaka, Isadora Lionço e Rejane Gomes*

79,7%

dos alunos do Bolsa Família são aprovados no ensino médio

enquanto
75,5%

dos demais alunos da rede pública são aprovados no ensino médio

Redução de
37%

Defasagem idade/série entre alunos pobres de 15 anos da rede pública e os demais estudantes



São José dos Campos (SP) – Foto: Sergio Amaral

AO LADO DE QUEM MAIS PRECISA

Trabalho incansável da assistência social garante direitos aos brasileiros de Norte a Sul

Quase metade dos brasileiros já foi atendida alguma vez em uma unidade de assistência social. Hoje, mais de 27 milhões de famílias – perto de 100 milhões de pessoas – estão registradas no Cadastro Único do Governo Federal. E o registro no Cadastro, porta de entrada para dezenas de programas sociais, é feito por um dos mais de 260 mil trabalhadores da rede pública que atuam no Sistema Único de Assistência Social (Suas) em todo o Brasil.

São profissionais diversos, assistentes sociais, psicólogos, advogados, auxiliares administrativos, educadores sociais, sociólogos e antropólogos, nas localidades



■ Assistente social Iara Maysa: “A gente consegue trazer toda a família para participar”

onde há forte presença indígena. E, para todos eles, resiliência – a capacidade de lidar com problemas, superar obstáculos ou resistir à pressão de situações adversas – é palavra chave na rotina diária.

A assistente social Iara Maysa Gonçalves de Brito, 33 anos, vê seu trabalho como “uma profissão em que você se angustia, se envolve com as causas. Você se depara com situações muito difíceis”. Segundo ela, no começo da sua vida profissional, tinha insônia, sentia dores de cabeça fortíssimas pensando nas situações que vivenciara nas visitas e nos relatos das pessoas que a procuravam. “É uma profissão em que você se depara com negligência com idoso, com deficiente, com criança...

Já senti vontade de chorar na frente do usuário”, conta ela.

Nascida em Itaporanga, no Vale do Piancó, sertão da Paraíba, ela trabalha nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) de Pedra Branca, município vizinho, e de Patos, a pouco mais de 100 quilômetros de sua casa. “Hoje já enfrento com mais maturidade, não levo para casa os problemas que a gente vivencia no dia a dia”, explica. “A gente atende 15, 20 pessoas por dia com problemas muito graves, que trazem relatos sofridos. Enquanto escuto, vou pensando em como elaborar um caminho para esta pessoa, para onde encaminhar”.

Formada em Serviço Social em 2003, ela sempre trabalhou em Cras. Em todo o país, são mais 7,5 mil

unidades mantidas pelos governos federal, estaduais e municipais. É onde as famílias procuram informações, ajuda para melhorar de vida. “Nos Cras, os usuários confiam na equipe, assistentes sociais, psicólogos, e as pessoas começaram a buscar mais nosso apoio”, diz. “Mesmo pessoas com formação vêm procurar a gente para pedir algum encaminhamento. Até para resolver problemas conjugais já chegamos a ser procurados”, brinca Iara Maysa.

O trabalho para auxiliar as famílias a melhorarem de vida é constante. “Fazemos um acompanhamento muito próximo. A partir das crianças que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a gente consegue trazer a família para participar também”, explica.

Hoje, o sucesso do Pronatec para o público do Brasil Sem Miséria, por exemplo, vem da intermediação que a assistência social faz para negociar os cursos e vagas necessárias com o empresariado local e mobilizar as pessoas para se inscreverem, participarem da qualificação e arrumar um emprego melhor. “Ajudamos as pessoas a descobrir suas potencialidades. Até mesmo estudamos o que o município tem a oferecer, para que possamos dar palestras, fazer orientação, tudo a partir das próprias famílias”, conta Iara.

Segundo ela, não é possível se desligar do trabalho, mesmo em momentos de lazer. “Às vezes estou com amigos, em um restaurante, e chega um menino vendendo uma balinha ou um bombom. É trabalho infantil, né? Aí, eu começo: ‘quem



■ A assistente social Selma Silva (no centro): “Conquistamos as pessoas gradativamente. Depois de dois, três anos, vemos que nosso trabalho está completo”

mandou você vender isso aqui? Cadê sua mãe? Por que você não está brincando?”. E eu falo: ‘não vou dar dinheiro para você’. E começo a conversar com a criança, pois quero saber qual o contexto que a criança está vivenciando. É impossível se desligar totalmente”.

Toda vitória é comemorada. “Se a gente consegue que uma pessoa saia de uma oficina do Serviço e consiga ganhar dinheiro com aquilo que aprendeu, a gente louva. Conseguimos fazer o resgate de autoestima de uma pessoa”, conta a assistente social.

Um dos educadores sociais mais adorados pelas crianças de Pedra

Branca é Eunildo Passos. No passado, ele foi mágico no programa da Xuxa. Ainda é ator, diretor e sonoplasta. Nascido no Rio de Janeiro, Nildo, como é conhecido, se radicou no sertão paraibano em busca de fazer a diferença. E, hoje em dia, oferece oficinas de atuação no Cras.

As crianças beneficiárias do Bolsa Família que participam das aulas estão estrelando o curta-metragem *Menino de Rua*, filmado e dirigido pelo próprio Nildo. “A história é de uma criança que vai morar na rua, vivencia tudo de ruim que existe e não gosta de ficar ali. Ele se esforça, muda de vida e ainda convence mais quatro amigos a voltarem a estudar”,

explica o educador. “Temos muitos efeitos especiais, que as próprias crianças produzem a partir do que estudamos nas aulas”. E os alunos de Nildo sonham com o futuro que está chegando: querem ser médicos, pediatras, advogados e cantores, querem uma vida ainda melhor.

Criando exemplos – “Adoro trabalhar com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com as famílias. O retorno é muito bom. E vejo os resultados, especialmente, com os jovens. Quando o adolescente que fez um curso está empregado, para nós é um ganho muito grande”, conta Selma da Silva, desde 2002 assistente social do Cras de Jacupi-

ranga, município paulista no Vale do Ribeira, a menos de 200 quilômetros da capital.

Hoje com 52 anos, ela começou a trabalhar na assistência social como voluntária da igreja em uma organização não governamental que cuidava de crianças com deficiência em Cubatão, cidade da Baixada Santista onde nasceu. Acabou contratada e se tornou secretária da entidade. Mas não podia tomar providências para ajudar as crianças e suas famílias por não ser assistente social.

Depois de fazer faculdade, Selma foi indicada para trabalhar na prefeitura de Iguape, também na região do Vale do Ribeira. Entre 1998 e 2002, ela estruturou a assistência social em Iporanga, município vizinho. Hoje, coordena o programa Bolsa Família, o Renda Cidadã, do governo estadual, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e ainda faz reuniões periódicas com 54 mulheres.

“São pequenos passos. Conquistamos as pessoas gradativamente. Depois de dois, três anos, vemos que nosso trabalho está completo, que o serviço está realizado. É gratificante”, explica a assistente. Ela conta o caso do seu Joel. “Ele é ex-presidiário, toma remédio. Depois que saiu da cadeia, virou morador de rua. Para nos aproximarmos dele, foi muito difícil. Hoje, ele vem nos procurar. Conseguimos o BPC para ele, arrumamos lugar para ele morar”. No dia que recebe o benefício, seu Joel passa no Cras para contar que está indo pagar o aluguel. “Ele está quase pronto para seguir a vida dele sem a assistência social”, comemora.

Selma destaca que elas ajudam muito, mas que a solução para melhorar de vida depende das próprias famílias. “Em um primeiro momento, têm casos em que a família vem tão destruída, que a gente acha que não vai dar conta. Nesses casos, a gente faz o atendimento, anota os principais dados e leva para reunião de equipe, para debater com a psicóloga, com a diretora. Mas temos que esperar o tempo deles, eles estarem prontos para nos procurar para ajudá-los. Se forçar, perdemos a pessoa, perdemos o relacionamento”.

A alegria constante estampada no rosto da assistente brilha ainda mais quando ela conta a importância do Cras no município. “Em uma cidade pequena, as pessoas procuram muito a assistência social, para todos os serviços: saúde, educação, liberar visitas para pessoas presas, documentação para auxílio reclusão. As pessoas sabem que têm os direitos, mas não sabem como fazer. Nós ouvimos e encaminhamos para outros departamentos, explicamos como elas devem proceder”, afirma. “E se eu não tiver empatia, se eu não me colocar no lugar do usuário, eu posso me aposentar. Temos que ser sensíveis às situações de cada uma das famílias, para entender e ajudar”. ●

Texto: *Márcio Leal*
Reportagem: *Ana Paula Siqueira e Luiz Cláudio Moreira;*

Investimento na assistência social cresceu 3 vezes desde 2005

R\$ 68 bilhões
investidos em 2014

7.505
CRAS em
5.527
cidades

2.314
CREAS em
2.078
cidades



BRASIL
MÉRIA

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome



A BUSCA PELOS INVISÍVEIS

Estado cumpre seu dever de localizar e incluir os brasileiros mais isolados

Já era final da tarde quando a lancha social do governo federal aportou numa reentrância de floresta amazônica às margens do Igarapé Sobrado, um braço afluente do Rio Negro, no município de Novo Airão, a 140 quilômetros de Manaus (AM). À espera, ao lado de dois cachorros esqueléticos, estava um homem franzino, de roupas rasgadas, pés descalços e olhar alheio.

Veríssimo Bizerra Mesquita, 63 anos, é quase cego. Mora sozinho há três anos numa choupana de madeira sem janela ou porta, construída com a ajuda de vizinhos no terreno que lhe foi doado pelo Incra. Para chegar até ele é preciso conhecer bem os vários igarapés da região. Encontrá-lo só foi possível com a ajuda de uma agente de saúde comunitária da localidade, que guiou, rio acima, a equipe volante de assistentes sociais do estado do Amazonas.

Ao perceber quem eram os visitantes, Veríssimo se emociona. “Rezei muito para que vocês viessem e, de repente, estão aqui”. Um único olhar é suficiente para

registrar a situação de penúria e extrema pobreza ao redor. Não há cama, móveis, energia elétrica. Moscas rondam as sobras do almoço, restos de arroz e peixe, pescado diariamente com muita dificuldade. Não há fogão, a comida é feita em um pequeno fogareiro de carvão. A cada dois meses, Veríssimo gasta alguns trocados com poucos mantimentos, como açúcar, arroz, feijão e café. As poucas frutas são colhidas ali mesmo, na floresta e, para ter algum trocado, Veríssimo faz o roçado de mandioca de um ou outro vizinho.

Mais de uma hora de entrevista depois, Veríssimo é encaminhado para consultas médicas e incluído no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Os primeiros resultados acontecem em um mês: após consulta oftalmológica, ele aguarda cirurgia para solucionar seu problema de visão. Também foi encaminhado ao Centro de Referência de Assistência Social (Cras) de Novo Airão para ter acesso ao Benefício de Prestação Continuada

(BPC), destinado a pessoas idosas ou deficientes que não consigam se manter sozinhas.

Veríssimo é um dos milhares de brasileiros em situação de extrema pobreza encontrados pela Busca Ativa, estratégia implementada há três anos pelo governo federal para localizar a população ainda não alcançada pela rede de proteção social garantida pelo Sistema Unificado de Assistência Social (Suas) em todo o país. De lá para cá, 1,35 milhão de famílias em situação vulnerável foram localizadas. São pessoas antes invisíveis e sem noção dos seus direitos, localizadas do Norte ao Sul do país, em áreas rurais e urbanas.

É uma mudança de paradigma na forma como trabalha a assistência social hoje no país. O Estado tem o dever de ir atrás da população vulnerável e em extrema miséria, não o contrário, prevê o Plano Brasil sem Miséria. Cerca de 1.200 equipes volantes percorrem periodicamente todos os rincões do país em ações de Busca Ativa.

Para tornar possível o acesso em rios e igarapés, o governo federal entregou 116 lanchas sociais aos municípios. Na região amazônica, inúmeros brasileiros vivem de forma isolada e distante dos centros urbanos, fazendo com que as equipes de assistentes sociais e psicólogos façam

longas viagens, nem sempre com o conforto desejado. Já é noite quando a lancha atraca de volta no pequeno porto de Novo Airão.

Todos estão exaustos e suados com o calor úmido, típico da região Norte. A sensação, porém, é a do dever cumprido. Para a psicóloga Regina Andrade, funcionária da Secretaria de Assistência Social do Amazonas, “nada é mais satisfatório do que poder ajudar uma pessoa fazendo com que ela saiba que tem direito aos serviços do Estado”.

No dia seguinte, mal nasce o sol e a lancha social já está pronta para uma nova viagem – percorrer os igarapés do rio Preto, um dos

Foto: Ubirajara Machado



■ Quase cego, Veríssimo Mesquita vivia isolado no meio da floresta quando foi localizado pela equipe volante de assistência social

afluentes do rio Negro, no município de Rio Preto da Eva, a 78 quilômetros de Manaus. Desta vez, o objetivo é verificar quem não está recebendo os benefícios regularmente e atualizar os dados do Cadastro Único. Na equipe, quatro assistentes sociais, um psicólogo, um estagiário de Medicina e Francisco Anderson de Brito, secretário de Assistência Social do município.

Quarenta minutos de viagem pelo rio Preto, incluindo 30 em pequenos barcos a motor pelo Igarapé do Pedra, a equipe chega ao casal Laurenilda Batista da Silva, 36 anos, e Arnaldo Pereira da Silva, 28 anos. Os dois estão ilhados depois que a água do rio subiu e, rapidamente, inundou boa parte do terreno e do interior da casa de madeira.

Ali ficou constatado que Laurenilda estava sem receber o Bolsa Família havia mais de dois meses, porque não havia atualizado o cadastro com o novo endereço. “Mudei há pouco tempo de Itacoatiara para o Igarapé do Pedra e não consegui mudar o endereço. Ainda bem que vocês vieram, porque esse dinheiro faz falta”.

Ela conta que o marido é piloto de lancha escolar e leva crianças para a localidade de São Sebastião do Meriti, uma hora rio abaixo. Mas o que ele ganha precisa ser complementado pelo Bolsa Família que, segundo Laurenilda, é essencial para comprar material escolar, roupas e alimentos para os dois filhos.

A equipe segue para novas buscas. Há pelo menos 112 famílias em toda a região em torno do Rio Preto, e seus igarapés. A visita é de casa em

casa, parando e conversando com os ribeirinhos, atualizando os dados, incluindo os filhos que nasceram recentemente, identificando as vacinações e as consultas médicas para os idosos.

“É uma ação que fazemos com muita regularidade, porque é necessário manter todas as informações atualizadas para que as famílias recebam seus benefícios em dia”, diz o secretário de Assistência Social de Rio Preto da

“Nada é mais satisfatório do que poder ajudar uma pessoa fazendo com que ela saiba que tem direito aos serviços do Estado”

Regina Andrade
Psicóloga da Secretaria de Assistência Social do Amazonas

Eva, Francisco Anderson de Brito, que acompanha as equipes sempre que possível. Além de identificar pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, fora do cadastro de acesso aos programas federais, a Busca Ativa acompanha e atualiza os dados das famílias já atendidas nos serviços sociais básicos de saúde, saneamento, educação, assis-

tência social, segurança alimentar e nutricional.

No início da noite os profissionais atracam no porto de Maniápolis, em São Sebastião do Meriti, mas não para descansar. Eles seguem direto para uma reunião com a comunidade, para falar dos problemas causados pelo uso de drogas. O palestrante é um jovem estudante de Medicina que faz estágio na Secretaria de Assistência Social do Amazonas e vem regularmente de Manaus a Rio Preto da Eva para acompanhar crianças e idosos que precisam de assistência médica.

Rural e urbano – Do outro lado do país, uma equipe volante de assistência social de São José dos Campos, interior de São Paulo, prepara-se para Busca Ativa na comunidade Menino Jesus, no bairro Chácara Reunidas.

Passa das 10 da manhã. Para chegar ao local, a van com os profissionais precisa sair do asfalto e descer um caminho de chão batido e estreito, difícil de manobrar. A localidade fica no extremo sul do município, local cheio de indústrias. No pequeno vão entre o muro de uma fábrica e uma ribanceira, vários barracos foram levantados.

É nítido o risco que correm os moradores, especialmente numa região com muitas chuvas. Num determinado ponto, a van não pode passar, e a equipe tem que seguir a pé. Aos poucos, do meio de muito lixo e mato, começam a aparecer as primeiras “construções”, de madeira e materiais reciclados.



■ A família de Laurenilda Silva atualizou os dados do Cadastro Único graças à chegada da lancha da assistência social durante a cheia do rio

Cerca de 100 famílias vivem ali. Na frente de um centro comunitário improvisado, elas estão reunidas, à espera dos assistentes sociais. Parte da comunidade Menino Jesus saiu do extinto Pinheirinho, local que ganhou o noticiário nacional em 2012. Em janeiro daquele ano, uma ordem judicial de reintegração de posse retirou 1,5 mil famílias de uma área particular de 1,3 milhão de metros quadrados em poucas horas.

No dia da desocupação, o catador de material reciclável Nelson Sebastião da Silva, 69 anos, estava no hospital devido a uma picada de escorpião. Quando teve alta,

viu-se sem nada. Sequer recebeu o vale-aluguel de R\$ 500 distribuído pela prefeitura de São José dos Campos. A opção foi viver na comunidade Menino Jesus, levantando novamente um barraco.

Com a inscrição no Cadastro Único, Nelson terá acesso a políticas públicas de seguridade social, como o Minha Casa Minha Vida, assistência médica e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Ele disse não saber que tinha direito aos benefícios. “Pensava que só as mulheres tinham”, explicou.

Como Nelson, outras 22 famílias da comunidade foram inscritas no

Cadastro Único na ocasião. “Nosso objetivo é informar que há uma política de acesso a diversos serviços, que podem melhorar a vida da população local,” explicou Eloísa de Oliveira Fisher, coordenadora do programa no município.

Com a Busca Ativa, o Estado cumpre seu papel de encontrar e incluir milhares de brasileiros que viviam excluídos pelas políticas públicas. ●

Texto: Francisco Marques

Reportagem: Lígia Girão, Lis Weingärtner e Luiz Cláudio Moreira

Central de Atendimento do MDS
0800 707 2003

www.mds.gov.br
mdspravoce.mds.gov.br

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

